

RJ: Ágatha foi a 16ª criança que polícia baleou

Regra de Witzel é matar e deixar por isso mesmo

Reprodução Facebook



Ágatha recebeu um tiro quando estava com o avô

Governador que se gaba por matar levou três dias para falar do assassinato

A pequena Ágatha, de 8 anos, foi a quinta criança assassinada pela política de “abate” promovida pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC). Na sexta-feira (20), ela foi baleada pelas costas por um tiro de fuzil, na comunidade da Fazendinha, Complexo do Alemão, quando voltava para a casa de sua mãe. Foi a 16ª criança baleada pela polícia neste ano. Witzel ficou três dias em silêncio. Na segunda-feira (23), disse, em coletiva de imprensa, que lamentava o ocorrido, mas que a política de segurança “está no caminho certo”. **Página 3**

Marcos Corrêa - PR



General Santos Cruz: “a omissão do governo sobre a Amazônia é inaceitável”

O general de divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz afirmou que a omissão e a falta de liderança do governo no debate sobre a Amazônia ameaça “diretamente a soberania”. “Amazônia – é preocupante a falta de ação brasileira para liderar a questão. O documento produzido em Letícia (6/9) e o documento “Alliance for Amazon” precisam de extrema atenção do governo, antes da Assembleia da ONU. Brasil fora da liderança. Inaceitável. Afeta diretamente a soberania”, cobrou o general em mensagem no Twitter. No dia 6 de setembro, presidentes e representantes de sete países sul-americanos assinaram o “Pacto de Letícia pela Amazônia”. **Página 3**

Maia alerta para gravidade do PL que dá licença para matar

Após se solidarizar com a família da pequena Ágatha, morta por ação da PM



A dor da família de Ágatha, 8 anos. Aval do governador Witzel para polícia matar impunemente é contestada no STF

A enorme comoção causada pelo brutal assassinato da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de oito anos, repercutiu na Câmara



J. Batista - Câmara

dos Deputados, onde o grupo de trabalho que analisa o pacote anticrime enviado ao Congresso pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, pode decidir nesta semana se retira do texto a parte que trata do excludente de ilicitude. O dispositivo, que abre brecha para que os agentes de segurança não sejam punidos por excessos durante sua atuação, foi alvo de críticas do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). No domingo (22), ao postar em uma rede social mensagem de apoio à família da menina, ele defendeu uma avaliação cuidadosa do “excludente de ilicitude” que integra o projeto, apontado por parlamentares e especialistas como uma licença para matar. **P. 3**

Brasil gasta com Educação menos que média dos países desenvolvidos

Diz o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre educação, que o Brasil despende o equivalente a 4,2% (na verdade, ligeiramente menos) do Produto Interno Bruto (PIB) com a Educação.

Alguma inteligência foi dizer a um colega, um certo Bolsonaro, que os países ricos só gastavam, em média, 3,2% do PIB em Educação. Foi o quanto bastou para que

ele se esponjasse: “o Brasil gasta mais em educação em relação ao PIB que a média de países desenvolvidos” (v. HP 05/03/2018, Bolsonaro diz que Educação recebe dinheiro demais no Brasil). O que não é verdade, segundo o próprio relatório da OCDE: “Em 2016, os países da OCDE destinaram em média 5% de seu PIB ao financiamento de seus estabelecimentos de ensino, do ensino primário ao ensino terciário”. **Página 3**

“Aquilo é como se fosse uma seita que engole as pessoas”, diz senadora ex-PSL

A senadora Selma Arruda, juíza de Mato Grosso que se elegeu pelo PSL de Jair Bolsonaro, conta os horrores de ter participado da “milícia” política do presidente. “Aquilo é como se fosse uma seita que engole as pessoas sem mastigar”, disse ela à revista Época. Ela deixou o PSL e foi para o Podemos depois que o senador Flávio Bolsonaro gritou com ela. **P. 3**

Monitoramento do PIB pela FGV aponta queda de 0,20% em julho

A economia do país registrou nova queda de 0,20% em julho, na comparação com junho, segundo dados do Monitor do PIB apurados pelo Instituto Brasileiro de Eco-

nomia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Segundo o economista responsável pela pesquisa, Claudio Considera, “a economia continua travada, com sinais conflitantes”. **P. 2**

Japão contradiz EUA e diz que não há evidência que aponte para o Irã

O ministro da Defesa japonês, Taro Kono, disse a repórteres que não viu nenhum dado da inteligência que indicasse que o Irã estava por trás

dos ataques às instalações de petróleo da Arábia Saudita no fim de semana, contradizendo as alegações do governo saudita e dos EUA. **Página 2**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Bolívia comemora 14 anos de crescimento econômico

Monitor do PIB/FGV aponta queda de 0,20% em julho

A economia do país registrou nova queda de 0,20% em julho, na comparação com junho, segundo dados do Monitor do PIB apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo o economista responsável pela pesquisa, Claudio Considera, “a economia continua travada, com sinais conflitantes”.

A retração em julho é explicada pelo desempenho do setor industrial, combatido pela crise. Em especial as quedas na produção dos ramos de eletricidade (-3,6%), transformação (-1,1%) e construção (-1,1%) tiveram grande peso para o resultado. Segundo a pesquisa mensal do volume de produção industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria recuou em julho ante junho em -0,3%.

A agropecuária – que sustentou por muitos meses o Produto Interno Bruto (PIB) para que os resultados não fossem pior do que já foram – caiu -1,3% no período, de acordo com os dados da FGV.

O governo continua comemorando resultados medíocres – como o resultado do PIB no segundo trimestre deste ano que cresceu 0,4% na comparação com o primeiro trimestre, depois de cair -0,2% nos três primeiros meses do ano em relação ao último trimestre do ano passado – mas são poucos os que discordam de que 2019 é um ano perdido.

O chamado Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, foi divulgado na semana passada apresentando uma queda de -0,16% em julho, na comparação com o mês anterior – portanto, semelhante aos cálculos da FGV.

A previsão para 2019 é de crescimento de apenas 0,85%, segundo projeção do próprio governo, e de 0,87% de acordo com o boletim Focus, do Banco Central.

PRISCILA CASALE

Inadimplência em contas de luz e água sobe e atinge 17,6% em agosto

Em agosto, o número de consumidores brasileiros com contas em atraso aumentou 2,0% em relação ao mesmo mês de 2018, conforme pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

As contas básicas de água e luz estão na dianteira dos atrasos, um avanço expressivo de 17,6% em volume na comparação com agosto de 2018. Junto a bancos, a inadimplência aumentou 2,8%.

“Com o desemprego elevado e o achatamento da renda, a capacidade de pagamento das famílias ainda não voltou”, avalia o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior.

Segundo ele, “há uma frustração quanto à retomada da economia e os reflexos positivos na vida do consumidor”.

Considerando-se todas as dívidas, cada consumidor deve R\$ 3.277,74 em média. Pouco mais da metade (53,0%) tem dívidas de até R\$ 1.000 e 47,0% acima desse valor.

A região Norte com um aumento de 5,24% e a região Sudeste com 3,65% de inadimplência, no mesmo período, foram as que tiveram maior impacto na determinação do índice nacionalmente.

As três faixas de idade mais altas respondem pelos maiores índices. De 50 a 64 anos 4,6%, de 65 a 84 anos 7,5% e de 85 a 94 anos 6,6% de inadimplência.



Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Ipea: aumenta número de lares sem qualquer renda do trabalho



Multidão faz fila em São Paulo para se cadastrar por um emprego

Fiesp: indústria paulista fecha cinco mil postos de trabalho em agosto

A indústria paulista fechou 5 mil vagas de emprego no mês de agosto, em comparação com julho, segundo dados da Federação e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), divulgados na terça-feira (17). Descontada as variações típicas para o mês de agosto, ajuste sazonal, o saldo se manteve negativo em -0,23% no mês.

“O resultado foi convergente com a média para o mês de agosto, observada desde 2011 e influenciado pelos setores de veículos e couro e calçados”, diz José Ricardo Roriz, 2º vice-presidente da Fiesp e do Ciesp.

De acordo com as entidades, de janeiro a agosto, a indústria de São Paulo acumula uma queda de -5,5 mil postos de trabalho.

Em agosto de ano, dos 29 setores analisados pela pesquisa, 50% apresentaram variações negativas, com 11 demitindo, 7 contratando e 11 permanecendo estáveis.

“Os principais destaques negativos ficaram por conta de veículos automotores, reboques e carroceria (-1.598), couro e calçados (-1.426) e produtos de borracha e de material plástico (-1.419)”, diz a Fiesp e Ciesp. Entre as atividades que tiveram saldo positivo a pesquisa destaca: produtos diversos (+575); produtos de minerais não-metálicos (+443) e celulose, papel e produtos de papel (+372).

Para as grandes regiões do Estado de São Paulo e as 37 Diretorias Regionais do Ciesp analisados, as entidades apontam que a situação

de emprego em agosto caiu -0,48% no Interior e avançou na Grande São Paulo (inclusive ABCD) (0,25%), no ABCD (0,11%). Já as 37 Diretorias Regionais do CIESP, 65% apresentaram resultados negativos, sendo 24 com demissões, 8 estáveis e 5 com contratações.

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a produção industrial brasileira encolheu -0,3% em julho 2019, na comparação com o mês imediatamente anterior, e acumula queda no ano de -1,7%.

Para o mesmo período analisado pelo instituto, a produção industrial paulista recuou -1,4%. Além de São Paulo, sete dos quinze locais pesquisados pelo IBGE mostraram taxas negativas.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), ao afirmar que a “indústria tem um papel de relevo no emprego não só por sua contribuição à geração de vagas, mas também porque assegura ocupações de melhor qualidade”, destaca que embora o saldo de trabalhadores com carteira assinada no setor tenha se mantido no positivo “o ritmo de aumento do número de ocupados na indústria de transformação tem ficado muito abaixo daquele do total do setor privado”.

“No segundo trimestre de 2019, houve variação de apenas +0,7% no emprego no setor (+79 mil pessoas) contra +2,9% do total (+2,3 milhões de pessoas), sempre em re-

lação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado também foi muito inferior ao dinamismo anteriormente registrado pela própria indústria de transformação. Vale lembrar que sua ocupação chegou a crescer +5,2% no 4º trim/17. Com isso, a contribuição industrial no emprego adicional criado pelo setor privado no decorrer de um ano regrediu de 31% no 4º trim/17 para menos 3% no 2º trim/19”, diz a nota divulgada pelo IEDI na terça-feira (17).

Com um péssimo desempenho da economia brasileira, que está sendo puxada para recessão pela queda do consumo e do investimento público, pelo alto desemprego e a precarização do trabalho, e pelo rebaixamento dos salários – situações essas aceleradas nestes 8 meses de governo Bolsonaro – a expectativa do mercado para a indústria é de queda de -0,29% em 2019.

Segundo dados do Banco Central (BC) a economia brasileira recuou -0,16% em julho sobre junho, o pior resultado para o mês em três anos, segundo “prévia” do Índice de Atividade Econômica do IBC-Br, divulgado sexta-feira (13).

Já outro indicador do BC, o boletim Focus, que analisa a mediana das projeções do mercado para o Produto Interno Bruto (PIB), aponta alta de 0,87% para economia em 2019, resultado muito abaixo da expectativa do mercado no início de janeiro deste ano, que girava entorno 2,5% de avanço em 2019.

ANTONIO ROSA

O segundo trimestre deste ano fechou com 22,4% dos domicílios do país sem renda do trabalho contra 19,0% no segundo trimestre de 2014, no início da recessão

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério da Economia, registra um aumento do número de famílias sem qualquer renda oriunda do trabalho.

As famílias mais pobres, exatamente as mais carentes, representam mais da metade (52%) dos lares brasileiros, segundo levantamento do Ipea divulgado na quarta-feira (18).

O estudo foi feito pelos pesquisadores Maria Andreia Lameiras, Carlos Henrique Corseuil, Lauro Ramos e Sandro Carvalho, a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

E a política neoliberal – que já vinha sendo aplicada no país e exacerbada por Guedes/Bolsonaro –, que levou a nossa economia ao fundo do poço, cobrando o seu preço.

Conforme o Ipea, o segundo trimestre deste ano fechou com 22,4% dos domicílios do país sem renda do trabalho. Um percentual bem acima do segundo trimestre de 2014 (19,0%), início da recessão.

De acordo com instituto, houve elevação acentuada do índice de Gini – medida de desigualdade de renda – desde 2016, especialmente na desigualdade da renda do trabalho por domicílio.

“Esse aumento do Gini se deve à retomada da ampliação da desigualdade entre os extremos da renda. De forma mais concreta, enquanto no primeiro trimestre de 2019 a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta era 30,1 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, no segundo trimestre a renda domiciliar da faixa mais alta era 30,5

vezes maior, praticamente igualando o pico da série histórica (30,6) atingido no terceiro trimestre de 2018”, destaca o Ipea.

O estudo demonstra que a grande maioria das novas vagas com carteira assinada possui remuneração baixa: “Deve-se ressaltar, entretanto, que, em termos de salário mínimo (SM), a grande maioria das novas vagas geradas no país possui uma remuneração máxima de até 2,0 SMs”.

Para o Ipea, a geração de emprego tem ocorrido somente nas duas primeiras faixas salariais: os empregos com remuneração de até um salário mínimo e de um a dois salários mínimos.

“Para os demais níveis salariais, a dispensa de trabalhadores é maior que o total de admissões”.

Os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho geraram também uma queda dos salários de contratação, em particular entre 2016 e 2017, uma vez que a única faixa de emprego com saldo positivo é a que remunerava até 1,0 salário mínimo. “A partir de 2017, o país voltou a gerar vagas com salários entre 1,01 e 2,0 SMs, no entanto em proporções mais modestas”, frisa o estudo.

“Os rendimentos reais médios apresentaram uma queda de 0,2% no segundo trimestre de 2019 em comparação com o mesmo trimestre de 2018, e uma queda de 1,3% em relação ao trimestre anterior (primeiro trimestre de 2019)”.

“Ainda de acordo com os dados da Pnad Contínua, no trimestre móvel encerrado em julho de 2019, o rendimento médio real habitualmente recebido registrou queda de 1,9% na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro de 2019, maior valor registrado na pesquisa, tendo atingido R\$ 2.286”, conclui o Ipea.

VALDO ALBUQUERQUE

Endividamento das famílias cresce pelo 8º mês seguido

Percentual sobe de 64,1% para 64,8% em agosto

O nível de endividamento das famílias brasileiras, conforme pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), atingiu 64,8% no mês de agosto. Em julho, esse índice ficou em 64,1%. A variação a mais de 1,09% é a oitava de uma sequência mensal consecutiva e é o maior índice de endividamento desde julho de 2013.

Em relação ao mês de agosto de 2018 o aumento é expressivo, de 60,7% para os 64,8%, ou 6,75%, considerando-se ainda estarmos analisando aumentos em nível de endividamento já muito elevado.

A pesquisa também faz um levantamento de dados a respeito das famílias com dívidas vencidas, inadimplentes. O índice passou de 23,9% em julho para 24,3% em agosto. No mês de agosto do ano passado o indicador registrou 23,8% de famílias inadimplentes.

O tempo médio de atraso de contas ou dívidas teve uma pequena diminuição na apuração dos dados de agosto que ficou em 63,2 dias, enquanto

J. AMARO





Bolsonaro e seu ministro Weintraub Os estripadores da Educação

Diz o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre educação, que o Brasil despende o equivalente a 4,2% (na verdade, ligeiramente menos) do Produto Interno Bruto (PIB) com a Educação.

Alguns intelectuais foram dizer a um colega, um certo Bolsonaro, que os países ricos só gastavam, em média, 3,2% do PIB em Educação. Foi o quanto bastou para que ele se esponhasse: “o Brasil gasta mais em educação em relação ao PIB que a média de países desenvolvidos” (v. HP 05/03/2018, [Bolsonaro diz que Educação recebe dinheiro demais no Brasil](#)).

O que não é verdade, segundo o próprio relatório da OCDE:

“Em 2016, os países da OCDE destinaram em média 5% de seu PIB ao financiamento de seus estabelecimentos de ensino, do ensino primário ao ensino terciário” (cf. OCDE, “Regards sur l’éducation”, p. 306 e p. 308, com tabela na página 315).

Por exemplo:

Despesas totais em Educação como percentagem do PIB (2016):

EUA:	6%
Inglaterra:	6,2%
França:	5,2%
Bélgica:	5,8%
Alemanha:	4,2%
Japão:	4%
Noruega:	6,5%
Holanda:	5,2%
Suécia:	5,4%

(cf. OCDE, “Regards sur l’éducation”, p. 316).

Notemos que, além dos chamados países desenvolvidos, fazem parte da OCDE alguns países em que houve uma devastação educacional nos últimos 20 anos (Eslováquia, República Tcheca, Lituânia, México, e, inclusive, a Itália), o que faz com que a média seja puxada para baixo.

Mesmo assim, ela (5% do PIB) é maior que a percentagem atribuída pela OCDE ao Brasil.

Bolsonaro, evidentemente, não tem a menor ideia do que diz – exceto que seu objetivo, ao dizê-lo, é estrangular a Educação.

EDUCAÇÃO PÚBLICA

Além disso, no Brasil existe uma meta, quanto aos gastos com Educação em termos de PIB, aprovada pelo Congresso – ou seja, existe uma lei que estabelece, como meta, atingir 7% do PIB em 2019 e 10% do PIB até 2024 (Lei nº 13.005/2014, conhecida como **Plano Nacional de Educação** ou PNE).

Portanto, o que Bolsonaro está dizendo é que pretende passar por cima da lei, pois até 4,2% do PIB ele considera gasto excessivo com Educação. Se os países “desenvolvidos” gastam menos, por que o Brasil gastaria mais?

Mesmo se fosse verdade (e, como vimos, não é), nem por isso haveria justificativa para não ampliar – ou, pior ainda, cortar – o que já se está gastando com Educação. Certamente, para passar a ser desenvolvido, é óbvio que os países da periferia do capitalismo – como é o caso do Brasil – precisam gastar mais em Educação. Exatamente para superar o atraso em relação a outros países.

Não estamos aqui, como adiante faremos, nos referindo a que o PIB desses países é muito maior que o do Brasil – o que faz com que a percentagem, em termos de PIB, dos gastos em Educação, tenha que ser maior.

Mas, como o “programa” de Bolsonaro é tornar o Brasil mais atrasado, mais dependente da metrópole imperialista, mais periférico do que hoje já é – e mais burro –, 4,2% do PIB em Educação, para ele, é um desperdício.

Parece, certamente, ao leitor de bom senso, um absurdo.

Porém, leitor, é pior.

O número citado pela OCDE corresponde a **todo** o gasto com Educação – gasto público e gasto privado – do país.

A meta do PNE, aprovada depois de uma batalha tremenda contra o governo Dilma e o PT (ao qual pertenciam o relator do PNE no Senado, José Pimentel, e o relator na Câmara, Angelo Vanhoni), é referente ao investimento público em educação pública.

O choque do movimento popular – especialmente dos estudantes e educadores – com o governo Dilma e o PT foi, precisamente, porque eles tentaram fazer com que essa meta incluisse recursos públicos passados às instituições privadas – que, além de privadas, no Brasil, sobretudo as universitárias, são, em boa parte, estrangeiras.

Somente para relembrar:

“... no dia 20 de dezembro de 2010, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, enviou à Câmara esse projeto [o do PNE], com a seguinte redação, quanto ao financiamento da educação:

“Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

“Depois de dois anos de discussão, inclusive numa comissão especial constituída para apreciar o projeto, os deputados aprovaram o seguinte texto:

“Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

O texto na íntegra, com mais detalhes, gráficos e tabelas em [www.horadopovo.com.br](#).
C. L.

Ágatha: Maia alerta contra a licença para matar em projeto



General Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria da Presidência da República “Inaceitável a omissão do governo na questão da Amazônia”, afirma o general Santos Cruz

“Põe em risco a soberania”, advertiu

O general de divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz afirmou que a omissão e a falta de liderança do governo no debate sobre a Amazônia ameaça “diretamente a soberania”.

“Amazônia – é preocupante a falta de ação brasileira para liderar a questão. O documento produzido em Letícia (6/9) e o documento “Aliança for Amazon” precisam de extrema atenção do governo, antes da Assembleia da ONU. Brasil fora da liderança. Inaceitável. Afeta diretamente a soberania”, cobrou o general em mensagem no Twitter.

No dia 6 de setembro, sexta-feira, presidentes e representantes de sete países sul-americanos assinaram em Letícia (Colômbia) o “Pacto de Letícia pela Amazônia” para coordenar a preservação dos recursos naturais da região.

O pacto foi assinado

“Aquilo é como se fosse uma seita que engole as pessoas”, comenta senadora, sobre o PSL

A senadora Selma Arruda, juíza de Mato Grosso que se elegeu pelo PSL de Jair Bolsonaro, conta os horrores de ter participado da “milícia” política do presidente. “Aquilo é como se fosse uma seita que engole as pessoas sem mastigar”, disse ela à revista Época, que circula neste fim de semana.

“Recebi ataques dos radicais. Tem uma ala do bolsonarismo que, se você não for um robô que concorde com tudo... É como se fosse um time de futebol... Impressionante. Como se fosse uma seita”, afirmou.

PF faz busca e apreensão contra líder de Bolsonaro

A Polícia Federal deflagrou na manhã da quinta-feira (19) uma operação no Congresso Nacional tendo como alvo o líder de Bolsonaro no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e o filho dele, o deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE).

A operação foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com 52 mandados de busca e apreensão. As acusações são de corrupção passiva, corrupção ativa, lavagem

de dinheiro e falsidade ideológica eleitoral.

De acordo com a autorização da operação, a acusação é de que o senador Fernando Bezerra Coelho e o filho receberam juntos R\$ 5,538 milhões em propinas das empreiteiras.

A apuração, iniciada em 2017, teve como base, mas não somente isso, colaborações premiadas firmadas no âmbito da Operação Turbulência, deflagrada em junho de 2016.

Um dos colaboradores

Orlando: “BolsoNERO é uma vergonha planetária”

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que Bolsonaro é “uma vergonha planetária”.

“O governo brasileiro simplesmente foi vetado de discursar na ONU sobre o clima, porque o mundo sabe que BolsoNERO, o piromaniaco, quer fazer da Amazônia uma grande fogueira e depois um imenso pasto. BolsoNERO é uma vergonha planetária”, escreveu o parlamentar nas redes sociais.

Na quarta-feira (18), a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou veto ao dis-

pelo presidente da Colômbia, Iván Duque, anfitrião do encontro, e pelos presidentes de Peru (Martín Vizcarra), Bolívia (Evo Morales) e Equador (Lenín Moreno), pelo vice-presidente do Suriname (Michael Ashwin Adhin) e o ministro de Recursos Naturais da Guiana (Raphael Trotman). O representante do Brasil foi Ernesto Araújo.

O general, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, cobrou com urgência um plano do governo para a região.

“Amazônia – Antes da Assembleia Geral da ONU e do Sínodo o Brasil precisa divulgar URGENTE seu plano para a Amazônia (áreas internacional e nacional). Ações imediatas e de longo prazo. A omissão brasileira na liderança põe em risco a soberania”, advertiu.

Em um post mais antigo, Santos Cruz já havia cobrado a falta de liderança governamental na discussão sobre a Amazônia.

“Por que o Brasil não lidera a discussão sobre a Amazônia com os países que fazem parte da área amazônica? Está deixando espaço para o assunto [ser] discutido no G7, no Vaticano, e aonde mais? Tem que combinar ação, liderança e inteligência”, recomendou o general.

A cobrança de Santos Cruz sobre a omissão e a falta de liderança do governo Bolsonaro no debate sobre a Amazônia aconteceu no mesmo dia em que se soube que o Brasil não estará entre os países que vão discursar na Cúpula do Clima, marcada para a próxima segunda-feira (23), véspera da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

O general Santos Cruz chefiou a Secretaria de Governo da Presidência da República até o dia 13 de junho, quando foi demitido. Ver [Bolsonaro demite general Santos Cruz da Secretaria de Governo](#)

permanecer ali depois daquilo, né? Tive de me impor e me dar ao respeito, como política, senadora e mulher”, explicou.

A senadora afirma que está havendo uma mudança. “Antes, as pessoas iam às ruas protestar pela CPI da Lava Toga, pelo Sergio Moro, pelo fim da corrupção, pelo fim do foro privilegiado. Não sei o que aconteceu que, de pouco tempo para cá, espalharam que a CPI da Lava Toga teria sido bolada por uma esquerda golpista que queria desestabilizar o Brasil”.

Integra do texto em [www.horadopovo.com.br](#)

da Justiça é o empresário João Lyra, apontado em investigações como operador financeiro de esquemas criminosos em Pernambuco.

As denúncias apontam irregularidades em obras no Nordeste, como a transposição do Rio São Francisco, no período em que Bezerra foi ministro da Integração Nacional, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Leia mais em [www.horadopovo.com.br](#)

ca das Nações Unidas, que ocorre na próxima segunda-feira (23), em Nova York.

O veto se deu porque o governo do Brasil não apresentou um plano para aumentar o compromisso com o clima.

A ONU pediu aos países que enviassem um projeto para aumentar o engajamento dos compromissos climáticos, já que o Acordo de Paris, assinado em 2015, não foi o suficiente para impedir o aumento da temperatura do planeta. Ao todo, 63 países devem proferir discurso na ONU, entre eles, França e Reino Unido.

Orlando Silva (PCdoB)



Presidente da Câmara defendeu uma “avaliação cuidadosa e criteriosa” do projeto do governo em discussão na Câmara que permite a impunidade de policiais que matam indiscriminadamente. Morte brutal da menina Ágatha no Rio causou comoção

enorme comoção causada pelo brutal assassinato da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de oito anos, em uma ação policial na última sexta-feira (20) no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, repercutiu na Câmara dos Deputados, onde o grupo de trabalho que analisa o pacote anticrime enviado ao Congresso pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, pode decidir nesta semana se retira do texto a parte que trata do excludente de ilicitude.

O dispositivo, que abre brecha para que os agentes de segurança não sejam punidos por excessos durante sua atuação, foi alvo de críticas do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

No domingo (22), ao postar em uma rede social mensagem de apoio à família da menina, ele defendeu uma avaliação cuidadosa do “excludente de ilicitude” que integra o projeto, apontado por parlamentares e especialistas como uma licença para matar.

“Qualquer pai e mãe consegue se imaginar no lugar da família da Ágatha e sabe o tamanho dessa dor. Expresso minha solidariedade aos familiares sabendo que não há palavra que diminua tamanha dor. E por isso que defendo uma avaliação muito cuidadosa e criteriosa sobre o excludente de ilicitude que está em discussão no Parlamento”, tuitou Maia.

Moradores do Complexo do Alemão relataram que a menina foi atingida por uma bala de fuzil nas costas disparada por policiais militares, que abriram fogo contra uma suposta moto que passava pelo local. A menina foi baleada ao lado do avô dentro de uma Kombi.

A família recebeu a notícia da morte da criança com desespero e criticou duramente a atuação da PM. “Foi a filha de um trabalhador, tá? Ela fala inglês, tem aula de balé, era estudiosa. Ela não vivia na rua não. Agora vem um policial aí e atira em qualquer um que está na rua. Acertou minha neta. Perdi minha neta. Não era para perder ela, nem ninguém”, disse o avô da criança.

A Polícia Militar alega que os policiais reagiram a uma agressão, versão desmentida por testemunhas. Ler [Indignação e protestos contra Witzel marcam enterro de Ágatha](#)

“Não teve tiro nenhum. Foram dois disparos que ele deu. E mentira!”, gritava, muito abalado, um homem que seria o motorista da Kombi (que ajudou a socorrer a menina) e que viu um policial atirando.

Ágatha é a 5ª criança morta a tiros este ano no estado do Rio de Janeiro e a 16ª baleada pela polícia do governador Wilson Witzel (PSC). Ao contrário da solidariedade e da repulsa de todos ao crime, o governador apareceu para avalizar a ação policial e o assassinato, dizendo que a culpa foi do narcotráfico.

O caso ganhou destaque na imprensa e nas redes sociais. Para o líder do PCdoB, deputado

WALTER FÉLIX

“Querem privatizar tudo, vender a mãe e entregar a velha”, protesta deputado

O deputado Pompeo de Matos (PDT-RS), vice-líder do PDT, ocupou a tribuna da Câmara, na quinta-feira (19), para protestar contra o que ele classificou de “senda privatista” do governo Bolsonaro e do governo do Rio Grande do Sul.

“Querem privatizar o Banco do Brasil, privatizar a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, a Eletrobras, os Correios. Vão vender a mãe e entregar a velha. Não vai sobrar nada. Mas que absurdo!”, exclamou o parlamentar gaúcho.

“Houve um tempo em que os governantes estruturaram o país, estruturaram os Estados. Agora, temos governantes que só vendem a estrutura existente. Vieram para vender, para liquidar, para fazer leilão. Não é para isso que o governante é eleito. O governante não é dono do Estado, ele é inquilino do Palácio! Ele não pode vender o Palácio do qual ele é inquilino. Ele não é dono! Ele tem que perguntar ao povo”, cobrou Pompeo.

O deputado iniciou seu discurso condenando as privatiza-

ções do governo do Rio Grande do Sul. “Exatamente na Semana Farroupilha, quando lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul, pretende-se privatizar tudo”.

“Há uma senda privatista. Já privatizaram, lá atrás, e venderam a Caixa Econômica Estadual, feita pelo Dr. Brizola, a Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE, obra do governador Brizola, que agora querem terminar de privatizar, vendendo o resto que sobra, privatizaram a Companhia Riograndense de Telecomunicações — CRT, e, por último, querem vender o Banrisul, um banco rentável, lucrativo, em um dos poucos Estados da Federação que ainda tem o seu banco enxuto, um banco positivo, afirmativo”, assinalou.

“No meu Rio Grande, agora, querem tirar da Constituição a exigência de ouvir o povo num plebiscito, se quiserem vender o Banrisul. Eles querem vender a toque de caixa, de qualquer jeito. Depois que não tiverem mais o que vender, eu não sei o que eles vão vender!”, disse o deputado pedetista.

Após ignorar a morte de Ágatha, Witzel diz estar 'no caminho certo'

Menina de 8 anos foi baleada por um tiro de fuzil durante uma ação da PM no Complexo do Alemão

Ágatha foi a quinta criança assassinada pela política de "abate" promovida pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC). Ágatha tinha oito anos.

Na sexta-feira (20), ela foi baleada pelas costas por um tiro de fuzil, na comunidade da Fazendinha, Complexo do Alemão, quando voltava para a casa de sua mãe.

Witzel ficou três dias em silêncio. Na segunda-feira (23), disse, em coletiva de imprensa, que lamentava o ocorrido, mas que a política de segurança "está no caminho certo" e afirmou ser "indeciso usar um caixão como palanque".

"É indecente usar um caixão como palanque. Não podemos permitir que partidos de oposição venham a utilizar mortes de inocentes para palanque. O pacote anticrime é essencial", defendeu Witzel, que celebrou a redução dos números de homicídios no estado a "patamares civilizatórios". "A oposição está fazendo palanque. Prefiro, então, reunir o nosso governo e dar uma explicação de Estado".

Certamente, a população deveria aplaudir o assassinato de uma menina de oito anos por aqueles que deveriam defender a população.

No caso, o único que subiu ao palanque foi Witzel. A morte de Ágatha é demasiado eloquente, demasiado trágica – e demasiado criminosa – para precisar, ainda, de alguma agitação.

Assim, Witzel apenas acusava outros daquilo que estava fazendo.

Mas é inútil. Ágatha é a 16ª criança baleada pelo abate de Witzel – e a quinta a morrer. O que é necessário mais para julgar, não apenas essa política, mas o que é Witzel, Bolsonaro e outros fascistas?

Daí, toda a conversa estúpida sobre "utilizar mortes de inocentes para palanque". A questão é que é ele que está matando os inocentes.

Os inocentes não estão morrendo por um capricho da natureza, muito menos estão se suicidando para desgastar o governo de Witzel.

Acontece que matar inocentes é a política de Witzel. Ou alguém acha que essa barbaridade é combate ao crime?

Witzel é uma cria de Bolsonaro – apesar de seu rompimento, suposto ou verdadeiro, quem sabia, no Rio de Janeiro, quem era Witzel, antes que Bolsonaro, sobretudo através de seu filho, Flávio (aquele do caso Queiroz), o apoiasse na campanha eleitoral?

A política (se é que se pode usar esse nome) dos dois é a mesma: bala no povo, que tem de ficar quieto enquanto eles devastam o Rio de Janeiro e o Brasil.

A morte de Ágatha expõe, como um nervo furado por uma agulha, esse crime travestido de política.

Daí toda a demagogia – e, nesse caso, demagogia nazista, sanguinária – de Witzel sobre o cadáver de uma criança.

É verdade, não são apenas as crianças que estão sendo assassinadas no Rio. Mas a dor de ver uma criança assassinada mostra, de modo mais pungente, mais agudo, o crime – e os criminosos.

Ágatha foi atingida quando estava com o avô em uma Kombi, na favela Fazendinha, no Complexo do Alemão, onde a família mora. Segundo testemunhas, ela estava sentada no veículo quando policiais militares atiraram em uma moto e atingiram o veículo, baleando a criança. Ela chegou a ser levada para a UPA do Alemão e transferida para o hospital Getúlio Vargas, mas não resistiu aos ferimentos.

Segundo a família de Ágatha não havia troca de tiros no momento.

Além de Ágatha... antes de Ágatha, foram assassinados:

- Kauan Peixoto, de 12 anos;
- Kauan Rosário, de 11 anos;
- Kauê Ribeiro, de 12 anos;
- Victor Almeida, de 7 anos;
- e Jenifer Cilene, de 11 anos.

Segundo a plataforma "Fogo Cruzado", ao menos 16 crianças de até 12 anos foram baleadas no Rio de Janeiro neste ano.

"A gente não pode, de maneira nenhuma, ligar a morte da menina Ágatha à política de segurança do Rio de Janeiro", disse Marcus Vinicius Braga, secretário de Polícia Civil. Na opinião do secretário, a morte

da menina não põe em xeque a política adotada pelo governo Witzel. Provavelmente, deve ser uma prova de que essa política está certa.

DEMORA

O governador tentou justificar sua demora em se manifestar sobre o episódio. "Eu aguardei, fiz várias ligações até que eu pudesse fazer o juízo", afirmou. E esclareceu: "Eu não sou desalmado, tenho sentimentos".

Witzel afirmou também que tem uma reunião marcada com o ministro da Justiça Sergio Moro na próxima quarta-feira para debater a questão da segurança no estado. O encontro já estava marcado antes da morte da menina Ágatha acontecer.

No Twitter, Witzel se eximiu de sua responsabilidade, no caso, enquanto chefe de Estado e culpou as pessoas que fazem uso "recreativo de drogas. Vocês são responsáveis pela morte da menina Ágatha: vocês que usam maconha e cocaína e dão dinheiro para genocidas".

O problema é que, se existe algo que o assassinato de Ágatha demonstra, é que o genocida é ele.

OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) divulgou uma nota lamentando a morte da menina Ágatha.

No texto assinado pelo presidente da seccional Luciano Bandeira, a instituição lamenta profundamente o ocorrido e lembra que "a morte de Ágatha vem se somar à estatística de 1.249 pessoas mortas pela polícia nos oito primeiros meses do ano. Um recorde macabro que este governo do Estado aparenta ostentar com orgulho", afirmou a OAB-RJ.

A OAB ainda "lamenta profundamente que a média de cinco mortos por dia pela polícia seja encarada com normalidade pelo Executivo estadual e por parte da população. A normalização da barbárie é sintoma de uma sociedade doente".

O texto também critica a postura do governador Wilson Witzel que, horas antes do ocorrido, declarou que promoveria que um "combate e caça nas comunidades".

"As mortes de inocentes, moradores de comunidades, não podem continuar a ser tratadas pelo governo do Estado como danos colaterais aceitáveis. A morte de Ágatha evidencia mais uma vez que as principais vítimas dessa política de segurança pública, sem inteligência e baseada no confronto, são pessoas negras, pobres e mais desassistidas pelo Poder Público".

Até mesmo o prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (PRB) criticou a atuação das forças de segurança do Estado que sobem "o morro dando tiro para todo lado" e disse que "violência nunca gerou paz". Durante a tarde, no Palácio da Cidade, Crivella pediu que o governador reveja a estratégia adotada para combater o crime nas comunidades e fez um apelo às polícias.

O prefeito do Rio ainda destacou que "se as ações ocorrem depois do início do horário escolar, as crianças estão dentro das escolas, ficam apavoradas. Temos os protocolos de segurança que foram estabelecidos e ensaiados, mas é algo muito traumático. Se formos analisar desde o início do ano, por mais de 700 vezes as escolas fecharam por causa de ações policiais nas comunidades. Fica difícil formar novos cidadãos, ter bom índice no Ideb se temos tantas aulas paradas. Se as ações são inevitáveis, que ocorram antes de iniciar o período escolar. É o apelo que faço".

Crivella chamou a população carioca para denunciar os atos de Witzel. "Quando vemos as forças de segurança subindo o morro e dando tiro para todo lado, é o momento que a consciência do povo carioca precisa se erguer e fazer uma denúncia. Nas mil comunidades da nossa cidade, desgracadamente, cresceu o crime, o tráfico, o horror. Com teias doentias nas quais caíram meninos e meninas enganados. Achando que, com dinheiro, iriam se libertar das tristezas e frustrações. Só que nas comunidades também há muita honradez, dignidade e amor ao próximo. Há uma população enorme que vive décadas vivendo terríveis adversidades", disse.



OAB: governo considera mortes de inocentes como dano colateral aceitável



Enterro de Ágatha, no domingo, foi marcado por comoção e indignação

Partidos de oposição entram com ação no STJ contra "aval" de Witzel a assassinatos

Os partidos de oposição entram com uma notícia-crime contra o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSL-RJ), para que ele "responda pelos crimes que vem sendo praticados pela polícia militar do estado que governa, que ocorrem sob seu aval, estímulo e fomento". A ação foi apresentada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que julga denúncias contra governadores de estado.

A decisão foi tomada após a morte da criança Ágatha Felix, de 8 anos. Ela foi assassinada por um tiro de fuzil durante operação da PM do Rio de Janeiro no Complexo do Alemão.

Para os presidentes do PDT, PSB, PT, PSOL e

PCdoB, o assassinato de Ágatha "reforçou nossa certeza de que é preciso parar essa política de extermínio da população pobre e das periferias do estado do Rio de Janeiro".

Os partidos destacam ainda outras quatro crianças assassinadas durante ações policiais nestes meses de governo Witzel.

"Essa notícia-crime vai na direção de estancar essa política de extermínio praticada e estimulada pelo governador do RJ, que tem como resultante concreta o assassinato de cinco crianças. E evidente que isso não leva a nada. Que violência gera mais violência", diz Luciana Santos.

Segundo Luciana, é co-

movente a situação das comunidades que vêm suas crianças perdendo vida por uma atitude que não enfrentará a questão da segurança no Rio de Janeiro. "É preciso medidas de inteligência, objetivas, de inclusão social. Medidas de repressão cabem num contexto em que se assegure a vida das pessoas e se prenda e puna os criminosos e não o contrário, como tem acontecido", destacou a presidente do PCdoB.

Ela é assinada por Carlos Lupi, presidente do PDT, Carlos Siqueira, presidente do PSB, Gleisi Hoffmann, presidente do PT, Juliano Medeiros, presidente do PSOL, e Luciana Santos, presidente do PCdoB.

Governo quer cortar 45% do orçamento da Embrapa

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma das principais fontes de apoio tecnológico e de inovação para o setor agropecuário, sofrerá um corte de verbas de 45% em 2020. Em 2019, os recursos destinados para a empresa foram de R\$ 3,6 bilhões. Segundo a proposta de orçamento do governo Bolsonaro para o ano que vem, a verba será de apenas R\$ 1,9 bilhão.

A análise do corte foi para o congresso e o texto já começou a ser discutido na Comissão Mista de Orçamento, que é composta por deputados e senadores. Eles vão dar o primeiro parecer sobre a previsão de gastos do governo federal para 2020.

Os cortes colocam em risco projetos na área da agricultura de precisão e automação, pesquisas biotecnológicas e o desenvolvimento de novas técnicas na questão animal. A estatal afirma que, se verba for diminuída os projetos poderão ser afetados.

A notícia do corte preocupa o ex-presidente da Embrapa, Sebastião Barbosa, que foi exonerado pelo governo em julho deste ano.

"Se não tomar cuidado isso representa o fim de tudo que foi feito pela Embrapa ao longo dos anos. A pesquisa é uma coisa de longo prazo. Uma estatal para a pesquisa agropecuária é fundamental", afirmou Barbosa.

A Embrapa informou ter recebido a proposta do or-



Estatal é referência mundial em inovação agropecuária

çamento para o próximo ano "com preocupação", pois os recursos "não serão suficientes para cobrir as despesas institucionais". O gasto com pessoal, numa empresa de inovação e geradora de conhecimento, como a Embrapa, é estratégico e fundamental para alavancar a atividade fim. "A Embrapa informou que avalia os valores apresentados na proposta e que "realizará os esforços necessários para se adequar ao orçamento que será aprovado até o fim do ano pelo Congresso Nacional".

DEMISSÕES

A maior parte do orçamento da Embrapa é usada para remuneração de pessoal e manutenção dos 43 centros

de pesquisas que operam em todo o país.

São quase 2,5 mil pesquisadores, 84% deles com doutorado ou pós-doutorado. Eles atuam em rede com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que envolve instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações.

Entre as medidas do governo Bolsonaro contra a Embrapa está um Programa de Demissão Incentivada (PDI). A medida contou com a adesão de 1.359 empregados, dos quais 375 foram desligados em agosto. O restante terá seus contratos rescindidos até dezembro deste ano. O custo com as rescisões já executadas foi de R\$ 40 milhões.



Ato foi realizado em frente a sede da agência

Manifestantes realizam ato contra a censura e em defesa da Ancine

Após uma série de medidas do governo de Jair Bolsonaro (PSL) com a intenção de paralisar centenas de produções audiovisuais, manifestantes realizaram um ato em defesa da Agência Nacional de Cinema (Ancine). O ato "Fica Ancine", em repúdio à censura, pela normalização das atividades da Agência Nacional do Cinema, e pela manutenção do seu escritório central na cidade Rio de Janeiro, foi realizado na terça-feira (17), na rua Graça Aranha, na Cinelândia, em frente ao prédio da agência.

Também foram espalhadas dezenas de cartazes com os dizeres "Fica Ancine", "Censura Nunca Mais", "Audiovisual com a Educação", "Audiovisual gera 20bi", "Os recursos do FSA são provenientes da indústria audiovisual", entre outros. O ato encerrou-se por volta de 19h nas escadarias do Theatro Municipal Municipal do Rio de Janeiro.

Segundo os manifestantes que entregaram flores brancas para os servidores da Agência, o setor audiovisual tem passado por um período de turbulência. A insegurança institucional paralisou centenas de produções que seguiram à risca todas as regras definidas pelo governo. A mesma insegurança institucional breca o trabalho da Agência Nacional de Cinema (Ancine), onde um corpo de servidores altamente especializado se via até a semana passada às voltas com ordens desencontradas, rumores de remoção para Brasília e suspensão de programas e editais sem justificativas razoáveis.

A convocatória do ato também destaca a falta de distribuição e de espaço para a exibição dos filmes nacionais. "Um único filme estrangeiro ocupa quase 90% das salas de cinema, tirando espaço de produções nacionais de sucesso e de outras que nunca chegam a encontrar seu público. Na internet, a questão se repete: sem regulamentação, serviços globais de streaming oferecem o que é mais barato, privando o público da grande diversidade de obras feitas em seu próprio país".

Os manifestantes também destacam a importância do setor audiovisual para a economia. "A indústria do cinema fatura cerca de 20 bilhões anuais, emprega meio milhão de pessoas e até meses atrás vinha sobrevivendo bravamente à crise. Até o ano passado, para cada real investido em audiovisual, três reais voltavam para a economia do país. Neste ano, o número de produções despencou, deixando uma quantidade imensurável de profissionais à deriva, sem trabalho".

Ainda segundo o manifesto, o ato é a favor de "uma Ancine bem-gerida, eficiente e mantida no Rio, evitando que o governo, em meio a enorme crise fiscal, tenha gastos milionários* com a mudança do escritório central do Rio para Brasília. Além do gasto exorbitante, a agência corre o risco de perder boa parte de seu corpo técnico de quase 400 funcionários, baseado há 18 anos no Rio de Janeiro".

Eles também repudiam as tentativas de censura de conteúdo pelo governo Bolsonaro. "Estamos certos de que o público sabe escolher o que quer ou não ver, o que seus filhos devem ou não ver. A Constituição garante que essas são questões de foro íntimo e o governo deve ficar fora delas".

Acidentes em rodovias federais têm primeiro aumento desde 2011

O número de acidentes graves – em que há mortos ou feridos – em rodovias federais cresceu 1,73% nos primeiros sete meses de 2019, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A alta acontece paralelamente à retirada de radares em estradas federais desde março, promessa de campanha do Jair Bolsonaro.

Sob a justificativa de que há uma "indústria da multa" no país, Jair Bolsonaro decretou a retirada dos radares das estradas, cumprindo à risca uma promessa de campanha, nas rodovias federais administradas diretamente pelo governo.

Pela primeira vez desde 2011, ocorre esse aumento de acidentes graves, onde o Brasil se comprometeu a adotar metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para tornar o trânsito seguro.

Ainda, os dados da Lei de Acesso à Informação, revelam que quase todos os equipamentos fixos em operação em janeiro nas vias foram desativados desde março. O aumento dos casos graves é motivo de alerta, uma vez que, na maior parte das vezes, estão relacionados ao excesso de velocidade.

Além de suspender, em agosto, o uso de 299 radares portáteis pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), o governo também não renovou nem substituiu contratos que garantiam o funcionamento de 2.811 equipamentos fixos nas vias.

As rodovias federais (BRs) sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que representam mais de 90% da malha rodoviária federal, contavam até o início de setembro com apenas 439 equipamentos permanentes de fiscalização.

Ainda, com base em dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF), embora o total de acidentes em geral tenha caído 8% na comparação com o mesmo período do ano passado, os acidentes graves subiram 2% em 2019, de 10.038 para 10.212 ocorrências, interrompendo a tendência de quedas consecutivas desde 2011. Entre janeiro e julho de 2019, o número de feridos graves também subiu em relação ao ano passado, de 10.141 para 10.436 registros.

Ministro da Educação quer fim de concursos públicos nas federais

Ministro quer introduzir contratação via empresas privadas nas universidades

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, pretende acabar com o concurso público para contratação de professores nas universidades federais, segundo declarou em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", publicada nesta segunda-feira, 23.

O ministro afirmou que pretende introduzir nas universidades a contratação de docentes e técnicos-administrativos por empresas privadas, as chamadas "organizações sociais".

Essa forma de contratação seria exigência para a adesão das universidades ao programa privatista do MEC, o "Future-se", que vem sendo repudiado por organizações de ensino superior, entidades estudantis e pela sociedade acadêmica em geral.

"Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?", pergunta o repórter. "Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único", disse o ministro.

Conforme Weintraub, os novos contratos desses profissionais seriam feitos através de Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços à instituições públicas e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos.

Nessas condições, docentes e técnicos também perderiam a estabilidade, embora na entrevista o ministro tenha afirmado o contrário. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2018, diz que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição.

O "Future-se", que

segundo o Ministério será responsável pela administração das universidades federais, nada mais é do que um programa para privatizar as universidades públicas e uma ameaça à autonomia das instituições.

Além de promover o término dos concursos públicos para docentes, o programa do governo para as universidades federais tem entre seus principais pontos a transferência da própria gestão das instituições para essas "organizações", a captação de recursos do setor privado para financiar projetos e venda dos nomes de campi e instalações das universidades para empresas privadas.

Para entidades como o Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), o projeto desvaloriza o trabalho dos profissionais de educação e ameaça o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Segundo informação do Andes, até a última sexta-feira (20), 24 universidades federais já manifestaram oficialmente rejeição ao programa, e outras instituições estão encaminhando grupos de trabalho e assembleias para debater o tema.

Na entrevista ao Estadão, Weintraub voltou a falar em ideologia e ameaçou mais uma vez as universidades, o livre pensamento e a liberdade de expressão: "As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Tem a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns campi por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima", disse o ministro.



Jango na posse de Riani na presidência da CNTI. Foto: Instituto João Goulart

"Tenho muito orgulho de ter sido amigo do Presidente Jango", afirma líder sindical

"Tenho muito orgulho de ter sido amigo do Presidente Jango", declarou o líder sindical Clodesmidt Riani, em carta enviada à solenidade em homenagem ao centenário de nascimento do ex-presidente João Goulart.

O ato ocorreu na segunda-feira, 16, no auditório Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), por iniciativa da deputada estadual Leci Brandão (PCdoB-SP).

Riani foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI) e, quando eleito, em 1962 foi recebido em audiência, com toda sua diretoria pelo Presidente João Goulart.

Em 1964 foi reeleito Presidente da CNTI, e apresentou ao Presidente da República uma pauta nacional de reivindicações. Foi também presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Presidente do Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais (CET). Com o golpe militar de 1964, tem seus direitos sindicais cassados por um período de 10 anos.

Abaixo a íntegra da mensagem enviada pelo líder sindicalista:

"Tenho muito orgulho de ter sido amigo do Presidente Jango.

A última vez que vi o presidente foi no comício da Central. Ajudei a organizar tudo como presidente da CNTI e do CGT. Antes de Jango chegar, ele ligou para o palanque: e aí, Riani, posso ir? Eu disse: o povo já chegou, presidente. Pode vir. Foi a mais bela manifestação cívica da época. O comício da Central foi a mais audaciosa e pura manifestação de democracia. As reformas de base propostas por Jango buscavam transformar o país e enveredarmos na justiça social. Me orgulho muito de ter sido seu amigo. Amigo este que conheci na campanha para o aumento do salário mínimo, em 1953. Jango era um homem bom, pessoa séria, digna, honesta que acreditava no futuro do país. Jango era um exemplo de político a ser seguido e era um bom amigo.

No período de 53 a 64, tivemos muitas lutas e grandes batalhas nas quais nossa amizade se afirmava e consolidava. Chegou a me relatar certa vez que o Congresso lhe disse que eu era um elefante muito grande para passar na garganta deles. Ele pensava em me indicar para fazer parte de seu ministério.

Numa conversa com o Presidente John Kennedy, me apresentou como sendo seu assessor e o culpado por suas escapulidas à esquerda.

Jango sofreu reveses politicamente em dois momentos: o primeiro quando do aumento de mais de 100% do salário mínimo em 1953 e o segundo quando propõe um novo país, mais forte, voltado para o desenvolvimento de um futuro próspero e acima de tudo mais socialmente justo. Estes dois momentos tristes da nossa história se deram em função de suas virtudes e grandeza e principalmente por seus ideais nacionais.

Jango foi um grande homem, ótimo líder, um estadista.

Clodesmidt Riani
São Paulo, 16 de setembro de 2019.
Assembleia Estadual de São Paulo
Centenário de Nascimento de João Goulart."



"Onde tiver balbúrdia vamos pra cima", repetiu o ministro de Bolsonaro



Greve categoria durou 7 dias e empresa havia informado corte do ponto

TST determina que Correios paguem dias parados dos funcionários durante a greve

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que os Correios paguem aos funcionários o período não trabalhado durante a greve da categoria, que durou sete dias.

No dia 13 (sexta-feira), antes do encerramento da greve, os trabalhadores foram notificados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de que os dias parados iriam ser descontados. A decisão do ministro do TST, Mauricio Delgado, no entanto, baseou-se na disposição das federações e sindicatos representantes dos trabalhadores em negociar.

"Defiro o pedido de liminar para determinar que a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS deixe de efetuar o desconto salarial relativo aos 7 dias de greve realizada neste mês de setembro, aguar-

dando, para tanto, a decisão definitiva por esta Corte Superior, que resolverá todas as questões relacionadas à greve no julgamento do dissídio coletivo, já designado para o dia 02/10/2019, às 14:30 horas", diz a decisão do ministro.

"A busca pelo diálogo partiu o tempo todo dos representantes da categoria. A empresa em momento algum se mostrou disposta a negociar e a ameaça de punição demonstra o autoritarismo da atual gestão à frente dos Correios", afirma nota da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos (FENTEC).

A FENTECT, juntamente com a FINDECT (Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios) conclamam a categoria a "se manter mobilizada, com realização de reuniões

setoriais, atos nos estados, coleta de assinaturas para o abaixo-assinado contra a privatização, audiências públicas e debates com a sociedade para conscientização sobre a importância de manter o caráter público da ECT e modernizá-la para que preste serviços de qualidade ao povo brasileiro".

No início de setembro, os Correios rejeitaram uma mediação do TST com a categoria. Os trabalhadores, então, entraram em estado de greve ainda na tentativa de algum acordo com a empresa. Diante da intransigência, a categoria iniciou a greve, que atingiu todo o território nacional. Após a suspensão da greve, no dia 17, os trabalhadores aguardam, mobilizados, o julgamento do Dissídio Coletivo pelo TST, no próximo dia 2 de outubro.

Trabalho semi-escravo dos "bike boys" já atinge 30 mil em SP: "Não temos descanso"

Uma nova categoria de trabalho semi-escravo explodiu na capital de São Paulo no último período. Os chamados "bike boys", entregadores por aplicativos, que se utilizam de bicicletas, se multiplicaram nas ruas, avenidas, próximos aos grandes centros comerciais, batalhando para uma entrega.

São quilômetros percorridos, 12 horas por dia, sete dias por semana, para receber uma média de R\$ 936 no mês. Esse é o levantamento feito pela Associação Brasileira do Setor de Bicycles (Aliança Bike), coordenado pelo instituto Multiplicidade e apoiado pelo Laboratório de Mobilidade Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que traçou o perfil desses trabalhadores.

Sem qualquer vínculo empregatício, garantias trabalhistas ou direitos, já são cerca de 30 mil entregadores ciclistas cadastrados nos aplicativos somente na capital paulista.

Após entrevistas com 270 ciclistas em São Paulo, o levantamento concluiu que 75% desses profissionais têm idade entre 18 e 27 anos. Realizam diariamente dez entregas, a R\$ 5 cada. Seis em cada dez ciclistas trabalham todos os dias da semana, sem folgas.

O entregador Erick Abrão, de 19 anos, conta que esse é o primeiro emprego dele. Ao completar 18 anos, ele começou a procurar trabalho. "Peguei a carteira de reservista no ano passado e fui tentar um emprego.

Erick visitou fábricas, lojas do centro de São Paulo e cadastrou seu currículo em sites de agências de emprego. "Só consegui umas entrevistas", diz ele, que pegou sua bicicleta no começo de setembro e se cadastrou para as entregas via aplicativos. O plano, diz, é guardar dinheiro para prestar

vestibular nos próximos anos. "Quero fazer engenharia civil".

E mais uma consequência da política avassaladora de desemprego no país, que acaba deixando milhões de pessoas na miséria, ou criando "categorias", como essa, que submete o trabalhador a um "emprego", sem qualquer vínculo empregatício, ou garantias mínimas de segurança e saúde. E que anda por semanas, para aquecê-lo e logo ele nos pediu para avisar a Rappi que a entrega tinha sido feita", disse Ana Luísa.

Segundo a advogada, a empresa pediu para que a cliente registrasse o pedido para que a empresa conseguisse avisar os próximos clientes que não receberiam seus produtos no horário previsto. "Entramos em contato com a Rappi que, sem qualquer sensibilidade, nos pediu para que dessemos baixa no pedido para que eles conseguissem avisar os próximos clientes que não receberiam seus produtos no horário previsto", explicou.

A Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) classificou a morte de Thiago como um resumo "do desmonte de políticas públicas somada, concomitantemente, à ampla fragilização das relações de trabalho no Brasil".



Desempregados passam a madrugada em fila por emprego no centro de SP

Desde o início da tarde de segunda-feira (16) desempregados já formavam fila por uma vaga de emprego que iniciou o cadastramento às 8 da manhã de terça-feira (17), no Vale do Anhangabaú, na região central da capital paulista.

Nesta tarde, uma multidão já ocupa o local em busca de uma das 4 mil vagas oferecidas.

O Mutirão de Empregos é uma iniciativa do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, com apoio da União Geral dos Trabalhadores (UGT), do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e do Sindicato de Asseio e Conservação (Siemaco) em parceria com 42 empresas de diversos setores.

As vagas variam entre setores da Tecnologia da Informação (TI), costureiras, ajudantes gerais, caixa, reposidores, padeiros, confeiteiros, vendedores, entre outros.

De acordo com o Sindicato dos Comerciantes a previsão inicial era a distribuição

de até 2.000 senhas, mas 6.000 devem ser entregues. Até as 9h30, 1.151 já tinham sido distribuídas. Quem não passar pelo recrutamento nesta terça-feira, mas tiver senha, poderá voltar na quarta-feira (18) e quinta-feira (19).

Essa é a quarta edição do Mutirão que, a cada ano, recebe milhares de interessados, muitos deles desempregados há dois anos ou mais, como Priscila Pereira, de 34 anos, ouvida pela reportagem do G1.

"Eu sabia que estava ruim, mas não sabia que era desse jeito". Priscila contou que é formada em gastronomia, com mais de três anos de experiência e que, na falta de emprego na sua área, já trabalhou como babá e cuidadora. "Eu fiz um monte de entrevistas e ninguém dá nem resposta".

O mutirão prossegue até sexta-feira (20) e, segundo os organizadores, serão distribuídas 1.500 senhas por dia.

PEC 06: aposentadoria integral será mantida para servidores que ingressaram até 2003

O relator da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, Tasso Jereissati (PSDB-CE), cedeu à pressão dos servidores públicos e apresentou, na quinta-feira, 19, seu parecer com emenda do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) que retirou do texto o trecho que tratava das regras de transição para servidores públicos que recebem bônus desempenho.

O texto prevê que os servidores públicos são obrigados a trabalhar 35 anos (homens) e 30 (mulheres) para terem acesso à aposentadoria integral. Pela emenda acatada por Jereissati, aqueles que ingressaram no serviço público antes de 2003 e que possuem remuneração variável (gratificações que podem ser incluídas no cálculo do benefício da aposentadoria, com cada estado definindo as regras), continuam

a contar com esse benefício para o cálculo da aposentadoria.

Com a mudança, o tempo mínimo de contribuição deixa de ser exigido constitucionalmente nesses casos de rendimento variável. O texto anterior obrigava os servidores a contribuir 35 anos, homens, e 30 mulheres para ter direito de contar com a remuneração variável.

Dentre as 77 emendas apresentadas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Jereissati só acatou uma. A emenda de Pacheco mantém os direitos do funcionalismo federal, estadual e municipal.

Tasso alegou que os servidores "estavam tendo tratamento não isonômico em relação às carreiras" e que o efeito seria nulo para a União. A PEC precisa passar por dois turnos de votação para ser aprovada e requer 49 votos em cada, ou 3/5 dos senadores.

Guatemala: movimentos sociais repudiam o Estado de Sítio

O movimento sindical e popular da Guatemala divulgou esta semana um manifesto à opinião pública em que condena as medidas impostas recentemente pelo presidente Jimmy Morales por meio do Estado de Sítio contra seis departamentos e 22 municípios.

Conforme as entidades, “para proteger e beneficiar as cúpulas econômicas, militares, políticas e potências estrangeiras, Jimmy Morales tem executado políticas para tornar mais ricos os mais ricos e mais pobres os mais pobres, além de ser protetor servil dos que sustentam e fortalecem o sistema de corrupção, impunidade, criminalidade, remilitarização, pobreza, desnutrição crônica, saque e roubo de nossas riquezas, condições precárias de trabalho e um salário mínimo totalmente incoerente com o custo real da cesta básica de alimentos”.

Entre outros flagrantes atropelos, o movimento denuncia que o salário mínimo está congelado neste ano e que, “atendendo ao setor empresarial, foi aprovado o regulamento para o trabalho por tempo parcial e não há liberdade para organização sindical, obrigando a população a migrar para outros países”. “Pela falta de oportunidades, com isso, Jimmy Morales demonstrou seu total menosprezo e desvalorização pelas grandes maiorias, fundamentalmente aos povos originários”, frisou.

A decisão do governo de recorrer a um Estado de Sítio a partir dos acontecimentos de 3 de setembro, no qual perderam suas vidas três soldados em circunstâncias não esclarecidas, é completamente descabida, alertam as entidades. Ainda mais “quando a onda de violência é irrefreável e segundo o Instituto Nacional de Ciências Forenses (Inacif) foram registrados 2.330 homicídios e 243 feminicídios, apenas no primeiro semestre do ano, o que faz da Guatemala um dos países mais violentos da América Latina”.

SELEÇÃO DE MENTIRAS

Na avaliação dos movimentos, as “informações” divulgadas pelo governo guatemalteco não têm qualquer crédito, o que aumenta o questionamento sobre as ordens dadas para o ingresso de uma patrulha militar na região das mortes. “Acaso esta não seria uma estratégia do governo, de grupos empresariais e outras máfias que operam em conluio nessa zona e outras do país, que pretendem justificar o Estado de Sítio, a fim de calar a voz da comunidade e dos povos, que rechaçam os projetos exploradores da força de trabalho? Querem reprimir os povos indígenas, assediar e estuprar mulheres de todas as idades, como fizeram em passado recente. Seria mais uma forma de terrorizar com armas de grosso calibre, com a prepotência e abuso de poder dos militares, além de lhes permitir que sigam saqueando e roubando os bens e riqueza da Guatemala”, destacam.

Como apontam as entidades, há inúmeras razões para não acreditar em Jimmy Morales, uma vez que “todas as versões sobre determinados fatos estão acompanhadas de duplos discursos, porque sempre os Estados de Sítio são impostos onde as empresas nacionais ou transnacionais vêm gerar conflitos sociais”.

Outro assunto preocupante, alertam, é “por que nos discursos e manifestações governamentais não se menciona os moradores feridos gravemente por armas de fogo, qual a razão de não terem sido esgotadas as instâncias e processos prévios de diálogo e por que, de imediato, foi decretado um Estado de Sítio, imposto por 30 dias, e quem garante que não seja ampliado?”.

Não resta nenhuma dúvida, sublinham, “é que esse plano macabro foi desenhado premeditadamente por grupos poderosos com fins de violentar os direitos humanos e beneficiar os que realizam atividades do modelo neoliberal e extrativista no governo, justificando ações sem fazer as licitações respectivas e alcançar mais benefícios através da corrupção e saque das instituições governamentais”. “E o mais perigoso ainda” – advertem as entidades – “é um plano feito para “por em prática atos de perseguição, criminalização, encarceramento e até assassinato de dirigentes, defensores e defensoras da água, do território e da vida”.

Ataque dos EUA mata 30 agricultores e fere 40 no Afeganistão

Ataque com drone dos EUA no Afeganistão assassinou pelo menos 30 civis e feriu 40 – camponeses que colhiam pinhões – na quarta-feira (18) na província de Nangarhar, no leste do país. No dia 7, o presidente Trump dera por encerradas as negociações de paz com a guerrilha Talibã, declarando-as “mortas”.

Indignados, famílias das vítimas levaram os corpos até a capital provincial, Jalalabad, na manhã de quinta-feira para denunciar o estúpido massacre. “Meu filho e seus amigos foram mortos pelos americanos. Como eles puderam fazer isso conosco?”, disse Malik Khaiyali Khan, chefe da vila de Jaora na área de Wazir Tangi, que liderava um protesto antes dos ritos funerários.

Ele havia enviado seu filho adolescente junto com três amigos para descaçar pinhões. Na noite de quinta-feira, quatro corpos foram entregues a Khan, incluindo o de seu filho.

Conforme carta mostrada à Reuters, doze dias antes da safra de pinhões, o governador da província recebeu dos anciãos da aldeia na área de Wazir Tangi pedido de autorização para a coleta dos frutos, que envolveria 200 camponeses, incluindo crianças e adolescentes. A carta foi parte de um esforço para proteger os trabalhadores de serem pegos em meio aos confrontos entre forças do governo pró-EUA e jha-

distas na região, também disputada pelo Talibã e pelo recém chegado Daesh, mais conhecido na mídia ocidental como Estado Islâmico.

Cartas solicitando autorização também foram enviadas às facções jihadistas na área e os moradores da aldeia acreditavam que os trabalhadores na coleta estariam em segurança. Mas na quarta-feira, poucas horas depois que agricultores, trabalhadores e crianças terminaram o dia de trabalho de colher pinhões na área densamente arborizada e acenderam fogueiras perto de suas tendas, um drone norte-americano chegou ao local e cometeu a chacina, que chocou os moradores.

“Nós nos amontoamos em volta de pequenas fogueiras e estávamos discutindo a situação de segurança em nossas aldeias, mas de repente tudo mudou. Havia destruição por toda parte”, disse Akram Sultan, um dos sobreviventes, que se escondeu atrás de uma árvore e depois correu para a floresta junto com algumas crianças.

Até 23.000 toneladas de pinhões são produzidas a cada ano no Afeganistão, e o país exporta até US\$ 800 milhões da colheita para a China anualmente.

“Os lados em guerra deram seu consentimento e os contratistas foram autorizados a trazer trabalhadores de províncias vizinhas...”

Materia na integra em: www.horadopovo.com.br

Bolívia: 14 anos de crescimento, distribuição de riqueza e soberania



Presidente Evo Morales em campanha para as eleições de 20 de outubro

Senado argentino aprova “Emergência Alimentar” diante de uma multidão

O Senado da Argentina aprovou por unanimidade, na quarta-feira, 18, a Lei de Emergência Alimentar, com a presença de milhares de manifestantes de organizações sociais e de desempregados que ocuparam a praça frente ao Congresso Nacional com a consigna “A fome não espera”. A lei estará vigente até 2022.

Poucas semanas antes das eleições presidenciais e em meio a uma das maiores crises econômicas e sociais já vividas pelo país, no dia 12 a Câmara dos Deputados já tinha aprovado o Projeto, impulsionado pela oposição, e agora o Senado completou o processo no Legislativo, permitindo modificar o orçamento para incluir ampliação de planos alimentícios e assistência social.

Os manifestantes, muitos deles acampados nas ruas há vários dias, esperavam a decisão do Senado, dispostos a não voltar para suas casas até não ter a aprovação da Lei que esperam que alivie a situação de pobreza que aumentou em todos os setores e lugares. Nas províncias, vários governadores exigem que Macri pague as dívidas que o governo nacional tem com eles, já que sofrem ameaças de revoltas populares por fome.

Agora, o governo deve promulgar a lei para assinar créditos orçamentários de mais de 180 milhões de dólares para aliviar a urgência dos setores mais vulneráveis da sociedade no que resta do ano.

“Esta lei nos interpela a todos os que temos responsabilidades institucionais. Estamos frente a uma circunstância trágica se em um país que exporta e provê de alimentos a 400 milhões de pessoas no mundo não resol-



Macri causa uma catástrofe social. Um milhão e trezentos mil menores de 17 anos passam fome

vemos como alimentar a 15 ou 20 milhões de argentinos”, disse o titular do bloco do Partido Justicialista no Senado, Carlos Caserio, em relação à emergência alimentar.

Numa situação como essa, em 2019, o governo só gastou 58% do orçamento assegurado a políticas alimentares. A política de Macri está causando uma catástrofe social. Um milhão e trezentos mil menores de 17 anos passam fome. Mais de quatro milhões passaram a ser pobres durante este governo e a pobreza chega a 40% da população, e afeta a quase 14 milhões de argentinos, segundo informações de Nicolas Honigesz, diretor de Imprensa da Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA-A) – Capital.

“A dolarização das tarifas de serviços essenciais, em meio à especificação e congelamento dos salários, somada a 248% de inflação nos últimos três anos e meio, fizeram com que milhões de argentinos caíssem na pobreza. O FMI desembolsou o empréstimo mais elevado desde a sua fundação e a Argentina se endividou com o maior montante de sua história, hipotecando o futuro de gerações. US\$ 57 bilhões de 2018 a 2020 e a fuga de capitais até o momento é de US\$ 60 bilhões de

dólares”, assinala Honigesz. (Leia artigo de Honigesz no link – <https://horadopovo.com.br/cta-denuncia-fome-no-inferno-macrista/>)

“Pela segunda vez na história contemporânea, a aventura do projeto neoliberal acaba numa penúria, acaba em desnutridos, acaba em uma taxa de indigentes enorme, e hoje 5 milhões de argentinos comem só uma vez por dia”, disse o cineasta Fernando “Pino” Solanas, senador pelo Proyecto Sur, denunciando a política econômica de Macri. “A taxa de desemprego é enorme, o endividamento nacional é poderoso, pagamos 62 milhões de dólares diários de serviços da dívida”, conclui.

Para o líder da Frente para a Vitória, FpV-PJ, Marcelo Fuentes, “não estamos ante uma emergência produto de um cataclismo natural. Não há inundações, tsunamis, erupções vulcânicas ou terremotos que quebrem a infraestrutura de transporte ou a produção de alimentos. Estamos diante de um dado de natureza política. A fome na Argentina, com os recursos que tem, é uma construção política”, e advertiu: “Se isso não ardeu ainda é porque o povo tem a esperança de votar em outubro”.

SUSANA LISCHINSKY

Israel: 10 dos 13 deputados que integram a Lista Árabe apoiam Gantz para afastar Netanyahu

Dos quatro partidos que integram a Lista Árabe Unida, um deles, o Balad, esclareceu que decidiu pela neutralidade, uma vez que, segundo seu dirigente, deputado, Arned Tibi, o opositor Gantz “não se posiciona contra a racista Lei Estado-Nação”. Com isso, sem o apoio dos 3 deputados eleitos pelo Balad, Gantz fica com 10 deputados árabes a seu favor e a quantidade de apoios a sua indicação como premiê fica em 54, enquanto que – até aqui – Netanyahu apresentou 55, um a mais que Gantz. As consultas dos partidos com o presidente Rivlin seguem.

A anunciada decisão da Lista Árabe Unida de apoiar em bloco a oposição, encabeçada por Benny Gantz da Lista Azul e Branco (33 integrantes), a maior parte da Lista Árabe Unida (10), a lista composta pelos trabalhistas junto com o grupo Ponte (6 deputados) e mais os 5 deputados eleitos pelo Campo Democrático, totalizando 54 deputados.

Netanyahu, que foi derrotado por Gantz, no pleito de 17 de setembro, reúne os integrantes de sua lista, o Likud (União) com 31 deputados, os dois partidos ortodoxos, Shas (9) e Unidade da Torah (Pentaeuco), que elegeram 8 deputados e ainda o da deputada

Ayelet Shaked ex-ministra da Justiça de Netanyahu, que se assumiu como “fascista” no preâmbulo da campanha eleitoral e cuja lista é denominada de Yemina (Rumo à direita) e que elegeram 7 deputados, formando um apoio de 55 cadeiras, uma a mais, portanto, do que as reunidas por Gantz.

O coordenador adjunto da Lista Árabe, deputado Ahmed Tibi, esclareceu que a decisão dos integrantes do Balad de não apoiarem desde já a Gantz para premiê se deve ao fato de que, segundo eles, “o Balad tem atuado como parte integrante da Lista Unida para afastar Netanyahu e se manterá claramente neste sentido mas, ao mesmo tempo, não vê Gantz como alternativa, uma vez que seu partido apoia a anexação de Jerusalém e do Golan, ameaçam Gaza com guerra e não se mostram dispostos a anular a Lei Estado Nação de caráter racista”.

Restou a lista de Avigdor Lieberman, um dos mais agressivos direitistas do gabinete de Netanyahu, que elegeram 8 deputados e que já declarou que não vai apoiar nem Netanyahu, por seu acordo com os ortodoxos e muito menos Gantz por contar com o apoio dos árabes.

NATHANIEL BRAIA
Materia na integra em: www.horadopovo.com.br

A Bolívia soma 14 anos de crescimento, a partir do país ter se livrado do FMI e desdolarizado a economia. Segue matéria do jornalista Mariano Vázquez, com título original de “Chaves do milagre econômico boliviano”

MARIANO VÁZQUEZ*

A Bolívia é hoje um exemplo de economia pujante que transformou um país excluído, formatado pelas elites esbranquiçadas na segregação de suas maiorias, em um país inclusivo. O Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo (MESCP), como é conhecido, marca 14 anos de crescimento constante, baixa inflação e soberania monetária.

A sede nacional da Central de Trabalhadores da Argentina Autônoma (CTA-A) reuniu um público ávido para conhecer em primeira mão a exitosa experiência econômico-social desenvolvida pelo Estado Plurinacional de Bolívia desde 2006, quando empossado o presidente Evo.

Três servidores falaram sobre esta experiência que demonstra que há vida e sucesso quando nos afastamos do modelo neoliberal: Gabriel Herbas, vice-presidente do Banco Central da Bolívia (BCB); Raúl Mendoza, chefe de economistas do BCB; e Marcelo Zabala, diretor da Entidade Nacional de Eletricidade (ENDE) e ex-presidente do BCB.

CONSOLIDAÇÃO

De longa trajetória na gestão pública e ativo dirigente da chamada Guerra da Água, Gabriel Herbas recordou justamente que aquela disputa, que no ano 2000 evitou a privatização do serviço de água em Cochabamba, permitiu que “as organizações sociais se unissem após 20 anos de constantes espantamentos por governos neoliberais. Recuperamos a água, recuperamos em 2003 o gás e, em 2005, chegou o tempo de Evo e deste movimento que dura até hoje, que permitiu consolidar um processo com nova de visão, em que foi criado um novo modelo econômico baseado em quatro elementos: economia estatal, privada, cooperativista e comunitária”.

Um dos marcos do sucesso do Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo foi a nacionalização dos hidrocarbonetos, que permitiu “redirecionar o desenvolvimento mediante a diversificação da economia e a industrialização em áreas estratégicas”, disse Herbas, destacando que “entre 38% e 40% da economia é dirigida pelo Estado”. “Implantamos, por exemplo, a Lei de Serviços Financeiros, que limitou a especulação, e estabelecemos baixas taxas de juros para o acesso à moradia, e fomento à produção, para pequenas e médias empresas. Também implantamos os bônus sociais de seguro universal para os idosos, assim como evitamos a evasão escolar e demos proteção às mães gestantes e crianças até os dois anos”.

O vice-presidente do BCB resume estas decisões numa frase: “redistribuição de renda”. Quer dizer, que “o aumento salarial sempre está acima da inflação. Hoje o salário mínimo alcança os US\$ 305 e gera uma compensação histórica para os trabalhadores que se apoderaram dos excedentes do Estado”. E concluiu: “Estes elementos garantem um modelo de crescimento, de desenvolvimento e melhorias para a população com um aumento do PIB de 4,8% anual médio, tendo a inflação mais baixa do continente, atrás apenas do Equador”.

CONTROLE CAMBIAL

Raúl Mendoza é o chefe dos economistas do BCB desde 2006. “Acreditamos que o Estado deve produzir, deve intervir, deve incidir na redistribuição da riqueza e, portanto, na redução da pobreza”, afirmou Mendoza, lançando um dardo ao Fundo Monetário Internacional: “Diferente do que diz o FMI, a independência do Banco Central é um problema. Na Bolívia, no princípio de cada ano, o presidente do Banco Central e o ministro da Economia (Héctor Arce Catacora) assinam um acordo soberano diante da população e fazem compromissos pelos objetivos macroeconômicos do país. Ambos são responsáveis pela estabilidade de preços e do crescimento. Em lugar de independência, há coordenação de políticas”.

A independência da política econômica boliviana se reflete nas palavras firmes de Mendoza: “Não aceitamos nem concordamos com a flexibilidade da taxa cambial recomendada pelo

FMI, que diz que o mercado determina o tipo de câmbio. Para nós é o Banco Central quem determina o tipo de câmbio para defender a dona de casa, o empresário, o trabalhador. Administramos o tipo de câmbio para baixar a inflação. Não acreditamos que o mercado vá responder adequadamente quando deixado ao acaso. Revisamos ano a ano o que diz o FMI e nos incomoda seus descuidos e sua falta de preocupação por desdolarizar a economia, e sua preocupação por baixar salários e gastos públicos”.

O economista-chefe do BCB recordou que, “antes de 2006, a Bolívia era a economia mais dolarizada do Cone Sul, onde 99% dos créditos estava em dólares. E decidimos mudar isso: depreciamos o dólar e somos a economia que mais avança na desdolarização. Hoje decidimos com orgulho que 99% das economias da população estão em pesos, na nossa moeda”.

A nova etapa política também determinou uma abertura para o Banco Central que, conta Mendoza, se focou “na comunicação e interação”. “Geralmente são organizações muito herméticas, e a gente desconhece o que faz. Por isso, desde 2006, nos comunicamos com atividades nas escolas, universidades, com organizações sociais, trabalhadores e economistas”.

SOBERANIA MONETÁRIA

Marcelo Zabala atuou durante seis anos como presidente e, hoje, é diretor da Entidade Nacional de Eletricidade. Este experiente economista recordou o fantasma do falido governo de esquerda da União Democrática Popular (UDEP) e os 20 anos de processos neoliberais. “Chegamos a 1982 com um governo popular, com a proposta da desdolarização, quando então 40 pesos bolivianos eram um dólar. Estava uma bagunça. O governo devia durar quatro anos, porém durou três. Acabamos com um dólar valendo mais de um milhão de bolivianos. A inflação de 1985 foi de 8.200%. Nossos companheiros de UDEP empobreceram a população. Não se necessita ser de direita para empobrecer a população. Não se soube manejar nem a política nem a economia. Quando não se sabe de variáveis econômicas se empobrece o povo. Logo iniciou um novo período de 20 anos de modelo neoliberal que deu ‘estabilidade’, porém rifando as empresas estatais. Até 2006, quando entra Evo, não começa um novo ciclo para Bolívia”.

“Com Evo – destaca Zabala – existem elementos centrais transformadores: a Assembleia Constituinte que refundou o país com uma nova Constituição; a total falta de credibilidade dada ao FMI – a quem se pediu que se fossem porque tinham seus escritórios no 15º do Banco Central com acesso direto à sala do presidente, um canalha extraordinário –; se declarou a soberania de suas medidas econômicas e, contra o que dita a política ortodoxa, se adotou um decreto que proibiu a exportação de produtos para atender o mercado nacional para que – somente depois – o excedente pudesse ser exportado. Assim mantivemos os preços e evitamos a inflação”.

Ao mesmo tempo, Zabala explicou que o BCB “adquiriu soberania sobre as medidas monetárias, se investiu na economia (antes o Estado destinava US\$ 300 milhões para gasto social, enquanto hoje se investe US\$ 5 bilhões para manter o emprego e a produção); se redistribuiu a riqueza com aumentos substanciais do salário mínimo, fazendo como que a Bolívia se converta em um país com melhor nível de vida, estabilidade de preços e soberania monetária”.

Em 2005, a diferença entre bolivianos mais ricos e mais pobres era de 129 vezes. 14 anos depois, a cifra baixou para 39 vezes. No mesmo sentido, a pobreza extrema se reduziu de 38,2% para 15,2% e a moderada de 60,6% para 34,6%. O PIB nominal [calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado] era de US\$ 9,574 bilhões em 2005, enquanto hoje é de US\$ 43,687 bilhões.

*Jornalista argentino
Leia matéria na integra em: www.horadopovo.com.br

Juiza britânica mantém Assange preso apesar do fim da sentença

Mesmo tendo, pela própria lei inglesa, direito à liberdade a partir do dia 22 de setembro, o jornalista e fundador do site WikiLeaks, Julian Assange, responsável por algumas das mais contundentes denúncias dos crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão, ficará preso indefinidamente por decisão da juíza Vanessa Baraitser e à mercê da extradição pedida por Washington.

Assange está encarcerado desde abril na prisão de segurança máxima de Belmarsh, considerada a 'Guantánamo britânica'. A carimbadora de perseguições políticas declarou que a condição de Assange mudou para "prisão para extradição". Dado que o processo de extradição provavelmente envolverá uma longa batalha legal, a decisão de Baraitser potencialmente mantém o jornalista em Belmarsh pelos próximos anos.

Do outro lado do oceano, essa já é a situação de Chelsea Manning, a denunciante dos crimes de guerra expostos via WikiLeaks, que se encontra em um cárcere do estado da Virgínia por tempo indeterminado, até que admita mentir para culpar Assange no processo secreto contra o jornalista, só recentemente trazido a público, e que visa incriminá-lo por 'espionagem'. Ela havia sido indultada por Obama no final de seu governo.

Foi graças ao WikiLeaks e a Assange que monstruosidades como o vídeo do "Assassinato Colateral" – a execução de uma dezena de civis em Bagdá, inclusive dois jornalistas, filmada desde o próprio helicóptero de guerra norte-americano -, foi mostrado ao público e tomou as páginas dos principais jornais do mundo e as telas das maiores redes de tevê.

CHICANA

A audiência de extradição está marcada para fevereiro do ano que vem. A libertação de Assange deveria ocorrer por já ter completado a metade da iníqua sentença de 50 semanas de cadeia, por ter pedido asilo na Embaixada do Equador, sentença emitida no mesmo dia em que o governo Moreno o entregou à polícia secreta inglesa, atendendo Trump.

Normalmente, a falta a uma audiência de fiança só é punida com uma multa – mas não no caso de Assange.

Que a justiça britânica é uma excrecência, é sabido desde os absurdos jurídicos cometidos durante o levante contra a ocupação do norte da Irlanda, em que inocentes eram julgados e condenados com base em falsidades e montagens, passando pela recusa em punir os assassinos do brasileiro, executado pela polícia, Jean Charles.

A prisão de Assange reafirma isso e ele é hoje o mais conhecido preso político nos cárceres de Sua Majestade.

Para atender a ordem do então governo Obama de calar Assange – aquele que expunha os crimes dos EUA sob W. Bush -, a 'justiça' britânica chegou ao cúmulo de usar a versão em francês da ordem judicial proveniente da Suécia (que não estava assinada por um juiz, mas por um promotor e, assim, sem valor), porque se usasse o idioma inglês a chicana ficaria inviabilizada.

Assange decidiu-se a exercer seu direito internacionalmente reconhecido de pedir asilo para escapar de perseguição política, quando tanto Estocolmo quanto Londres se recusaram a garantir que não seria, a partir desse pretexto, extraditado para os EUA.

Como Manning já estava preso desde maio de 2010 e foi condenado a 35 anos de cárcere, a perseguição a Assange era só o segundo ato da caçada aos denunciantes das atrocidades dos EUA, a "nação excepcional".

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Japão contradiz Pompeo sobre ataque: "não há evidência que aponte ao Irã"

O ministro da Defesa japonês, Taro Kono, disse a repórteres na quarta-feira (18) que não viu nenhum dado da inteligência que indicasse que o Irã estava por trás dos ataques às instalações de petróleo da Arábia Saudita no fim de semana, contradizendo as alegações do governo saudita e do secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, sobre o incidente.

"Não temos conhecimento de nenhuma informação que aponte para o Irã", declarou Kono durante uma coletiva de imprensa. "Acreditamos que os houthis realizaram o ataque com base na declaração de responsabilidade".

A única evidência que o governo Trump divulgou para fundamentar sua reivindicação de responsabilidade iraniana são as fotos de satélite que os especialistas disseram não serem claras o suficiente para atribuir a culpa.

O general da reserva Mark Hertling, analista de inteligência da CNN, disse que as imagens "realmente não mostram nada, a não ser uma boa precisão na batida dos tanques de petróleo".

Kono disse que o Japão, um aliado do Irã e dos EUA, ainda está no processo de determinar quem estava por trás dos ataques, que teriam sido realizados por drones.

"Dados os fortes laços do Japão com os EUA com base na Aliança EUA-Japão e a relação de confiança que o Japão mantém com vários países do Oriente Médio, o Japão está em posição de desempenhar um papel de mediador", disse Kono. Recentemente, o primeiro-ministro Shinzo Abe visitou o Irã.

A declaração do ministro da Defesa é a segunda vez este ano que o Japão entra em choque com a tentativa do governo Trump de atribuir ao Irã um ataque com evidências insuficientes. Em junho, o governo Trump culpou o Irã por uma explosão que danificou um petroleiro japonês no Golfo de Omã. Yutaka Katada, presidente da empresa japonesa proprietária do navio-tanque, contestou publicamente o relato da Casa Branca.

Também o ministro das Relações Exteriores da França, Jean-Yves Le Drian, questionou as alegações sauditas e norte-americanas sobre o ataque às duas refinarias da Aramco. "Até agora, a França não tem provas que permitam dizer que esses drones vieram de um lugar ou de outro, e eu não sei se alguém tem provas", afirmou Le Drian. "Precisamos de uma estratégia de redução da escalada na área, e qualquer medida que contrarie essa redução".

EUA: greve para GM por salários pela primeira vez em 12 anos



Estão paradas 53 fábricas no país inteiro – 31 de automóveis e 22 de autopeças

Jovens de 140 países debatem na ONU sobre a defesa do clima

Mais de 500 jovens de 140 países ocuparam no sábado (21) o espaço habitualmente destinado aos diplomatas da ONU e debateram com o secretário-geral da ONU, António Guterres, na primeira cúpula da juventude sobre o clima em Nova Iorque. Na sexta-feira, quatro milhões de manifestantes em mais de 150 países foram às ruas em defesa do meio ambiente e contra a devastação promovida pelos monopólios, que ameaça o futuro da Humanidade. Multidões exigiram medidas concretas, com cartazes como "Não há Planeta B", "Faça a Terra Grande de Novo" e "Ganância mata".

Guterres instou os jovens do mundo inteiro a "cobrem da minha geração. A minha geração falhou em grande parte até agora em preservar a justiça no mundo e o planeta". Na segunda-feira (23) começa a Cúpula do Clima da ONU, que antecede a Assembleia Geral, e visa fazer um balanço sobre o cumprimento do Acordo do Clima de Paris, de 2015.

As recentes e dramáticas cenas das queimadas na Amazônia – assim como de geleiras derretendo na Groenlândia – contribuíram sem dúvida para a amplitude das manifestações, que ocorreram nos cinco continentes. Paris, Londres, Berlim, Bruxelas, Madrid, Estocolmo, Copenhague, Nova Delhi, Bangkok, Tóquio, Sydney, Washington, Cidade do México, São Paulo, Rio de Janeiro, Santiago do Chile, Johannesburgo, Nairo-

bi e muitas outras cidades registraram atos. Também nas ilhas do Pacífico. Em Nova Iorque, uma multidão foi às ruas bradando "salvem nosso planeta".

O recorde de queimadas na Amazônia, turbado pela destemperada perseguição ao diretor da instituição científica de renome internacional que monitora a região (INPE) e por desatinadas acusações de que "as ONGs" é que estariam incendiando a floresta, enquanto gri-leiros promoviam o 'Dia do Fogo', transformaram o presidente Jair Bolsonaro em uma espécie de vilão internacionalmente reconhecido do meio ambiente, em companhia de seu ídolo, o presidente norte-americano Donald Trump, que retirou os EUA do Acordo de Paris e é entusiasta do fracking, da desregulamentação ambiental e contra quaisquer entraves à sanha de lucros – e poluição 'colateral' – dos monopólios. Na véspera da manifestação internacional, Trump usou seus poderes para bloquear os padrões mais rigorosos de emissão de veículos da Califórnia.

Expressão desse dano à reputação do Brasil na questão ambiental, o discurso do Brasil na Cúpula do Clima foi vetado. O que se deve, além da intensificação do desmatamento e queimadas desde a posse de Bolsonaro, a que o Brasil não apresentou

nenhum plano para manter o compromisso com o clima, conforme o representante da secretaria-geral da ONU, Luis Alfonso de Alba. Triste condição em que estará acompanhado, além dos EUA, por governos como o saudita.

63 países irão discursar no evento reafirmando seu empenho com o Acordo de Paris, a redução de emissões e a limitação do aumento da temperatura global a 1,5°C. Como registrou o jornal inglês progressista Morning Star, o país que mais avançou no cumprimento das metas foi a China.

A estudante sueca Greta Thunberg virou a musa da luta em defesa do meio ambiente e foi ovacionada em Nova Iorque e ouvida na ONU, por seu exemplo com as Sextas-feiras para o Futuro, quando deixava de ir à escola para cobrar diante do parlamento em Estocolmo medidas concretas contra a catástrofe ambiental.

"É uma grande vitória", disse Thunberg em entrevista à Associated Press. "Eu nunca teria previsto ou acreditado que isso iria acontecer, e tão rapidamente, em apenas 15 meses". As manifestações variaram desde um pequeno ato em Seul com 20 ativistas, até aos maiores atos na Austrália desde os protestos de 2003 contra a guerra no Iraque. Os 1,1 milhão de alunos de Nova Iorque foram liberados das aulas para poderem participar.

Leia mais em www.horadopovo.com.br



Os exercícios navais conjuntos serão realizados no oceano Índico e no Golfo de Omã

Irã anuncia exercícios navais com Rússia e China

O chefe do departamento de assuntos internacionais do Estado-Maior Iraniano, brigadeiro-general Qadir Nezami, informou no sábado (21) que o país fará exercícios navais no Golfo de Omã com Rússia e China.

Segundo o brigadeiro-general Qadir, os exercícios com a participação dos três países serão realizados na parte norte do oceano Índico e no Golfo de Omã. Os exercícios têm vários objetivos, incluindo a troca de experiências, observou o militar. Nezami declarou ain-

da que chefes do Estado-Maior de vários países visitariam Teerã em breve, mas sem especificar quais e nem quando esses encontros devem acontecer.

Em julho, o comandante da Marinha iraniana, o contra-almirante Hossein Khanzadi, já tinha informado que o Irã e a Rússia planejavam realizar exercícios conjuntos na região do oceano Índico até o final do ano, mas não especificou a data das manobras. Segundo o portal

de notícias Sputnik News, os exercícios podem ser realizados antes de janeiro ou março de 2020.

O chanceler iraniano Mohammad Javad Zarif confirmara anteriormente as intenções de Teerã e Moscou de realizar exercícios navais conjuntos, observando que eles serão realizados no Oceano Índico e não são direcionados contra nenhum país. No entanto, à época o ministro não falou sobre a participação da China nas manobras.

Montadora oferece 2% de reajuste e aumenta desconto por saúde dos atuais 3% para 15%. A greve exige ainda o fim do sistema que paga US\$ 17/hora a novatos, quando o padrão é US\$ 30/hora

A greve dos quase 50 mil metalúrgicos da General Motors começou no domingo (15) e já ultrapassou uma semana de duração diante da intransigência da maior montadora norte-americana, que na prática está propondo redução de salário, ao ameaçar aumentar drasticamente o desconto para o plano de saúde de 3% do salário para 15%, enquanto o reajuste ficaria em torno de 2%, mais bônus de US\$ 8.000. São 53 fábricas paradas no país inteiro – 31 de montagem de automóveis, SUVs e caminhões e 22 de autopeças e outras instalações.

A greve já superou os dois dias da paralisação de 2007, a última que ocorrera. A greve de 1998 durou 54 dias. O contrato coletivo de quatro anos terminou no domingo, em meio ao impasse nas negociações, com os líderes sindicais votando unanimemente pela greve. Na paralisação de 12 anos atrás, eram 73 mil trabalhadores da GM em 89 fábricas, segundo o Wall Street Journal.

Outra motivação central da greve é a recusa da GM em mexer de forma significativa no sistema de contratação de dois níveis, imposto desde o socorro de Obama à montadora para que não falisse, em que os trabalhadores que ingressaram depois de 2008 ('os em regime de progressão') recebem quase a metade do pagamento dos mais antigos por trabalho igual.

Há ainda um terceiro nível, o dos temporários, que recebem ainda menos e quase não têm direitos e sujeitos a cronogramas de trabalho imprevisíveis e disciplina arbitrária. O que os metalúrgicos da GM querem é a volta do salário igual para trabalho igual, superando esse enorme retrocesso para os trabalhadores, que foi uma pré-condição de Obama para resgatar a GM à beira da bancarrota. Na época, os trabalhadores da GM também tiveram de aceitar grandes perdas nas aposentadorias.

Como o colunista do The New York Times, Steve Greenhouse, assinalou, "a greve dos trabalhadores da indústria automotiva é maior do que a GM", numa constatação de que as greves chegaram ao operariado norte-americano. É a primeira greve dos metalúrgicos das montadoras desde o crash de 2008.

Ele registrou que a greve da GM faz parte de uma onda de greves nos últimos dois anos por professores, trabalhadores de supermercados, de hotéis e outras categorias, que "foi alimentada pela consternação generalizada dos americanos com a estagnação salarial e a desigualdade de renda, mesmo quando os lucros das empresas estão nas alturas".

Como o acordo coletivo também caducou na Ford e na Fiat Chrysler, o embate na GM é uma antessala do que pode vir a suceder nas outras duas grandes montadoras norte-americanas. Ao todo, são 150 mil trabalhadores.

Como um operário especializado da fábrica de motores da GM em Flint assinalou, "não há como esse acordo [proposto pela GM] passar". "Não somos trouxas", acrescentou. "15% de nosso salário iria para o aumento dos custos com saúde. Isso significa que teríamos um corte salarial. De jeito nenhum, é uma empresa que ganha bilhões".

Terry Dittes, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Montadoras de automóveis (UAW) e chefe dos negociadores da categoria, denunciou que a GM está se recusando "a ceder uma polegada" às demandas dos trabalhadores.

"Enquanto lutamos por melhores salários, assistência médica de qualidade acessível e segurança no emprego, a GM se recusa a colocar os trabalhadores à frente de seus lucros recordes de US\$ 35 bilhões na América

do Norte nos últimos três anos", acrescentou, lembrando que "nós defendemos a General Motors quando mais precisou de nós".

Com o peso que o voto dos trabalhadores brancos e do Cinturão da Ferrugem em geral teve para a vitória de Trump, o embate, a um ano da disputa pela reeleição, chama a atenção, com o site Político dizendo que o presidente bilionário está tentando interferir em busca de dividendos eleitorais. Seus operadores da guerra comercial, Larry Kudlow e Peter Navarro, estariam agindo por trás dos panos.

O chefe da Casa Branca já chegou a dizer que a GM estaria se metendo com "o cara errado", mas a verdade é que, depois de aquinhoadada com o corte de impostos de Trump, a montadora sem a menor cerimônia transferiu fábricas para o exterior e em novembro passado anunciou o fechamento de mais quatro fábricas nos EUA. A China já é o maior mercado da GM.

Durante a campanha de 2016, o então candidato Trump asseverou aos trabalhadores das montadoras de Michigan que, se eleito, "vocês não perderão uma só fábrica, haverá fábricas entrando neste país, haverá empregos novamente". Mas a GM mudou a produção do Chevy Blazer para o México e a fábrica de Lordstown, em Ohio, foi fechada em março.

RETALIAÇÃO

A GM divulgou uma cínica mensagem lamentando a greve e dizendo que negociara de "boa fé" e apresentara "uma forte proposta que melhora os salários, os benefícios e gera empregos nos EUA de maneira significativa".

A "boa fé" da GM voltou a aparecer na terça-feira, quando a montadora cortou o plano de saúde dos funcionários, ação que o jornal Detroit Free considerou que ia "jogar gasolina no fogo" da mobilização.

Represália que foi denunciada por parlamentares que defendem o 'Medicare para Todos', a extensão da saúde pública para idosos, que já existe, para toda a população. Eles apontaram que a arbitrariedade era mais uma prova de quão urgente é o 'Medicare para Todos'.

O ex-presidente do Conselho Nacional de Relações do Trabalho, William Gould IV, avaliou o ato como uma "decisão calculada" para pressionar o sindicato. "Mas é como atirar uma bandeira vermelha diante de um touro", advertiu.

Uma fonte do sindicato denunciou a medida como uma "tática de apavoramento" e "desnecessária". "Os trabalhadores ajudaram a salvar esta companhia quando ia falir e aqui eles estão em greve por um dia ou dois e a companhia faz isso?", questionou.

Um metalúrgico de Cleveland resumiu o porquê da recusa dos trabalhadores de terem um corte de salário brutal disfarçado de custo da assistência médica. "Se um robô quebra, eles pagam para consertá-lo. Eles nos tratam como robôs. Eles nos quebram, devem pagar para nos consertar".

Quanto à manutenção dos empregos, desde novembro do ano passado a executiva-chefe da GM, Mary Barra, anunciou uma 'reestruturação' para 'cortar custos', com fechamento de oito fábricas no mundo inteiro – sendo quatro nos EUA – e mais de 14 mil demissões.

Nas negociações que não foram adiante, a GM se limitaria em abrir um pequeno número de postos de trabalho nas fábricas de Lordstown, em Ohio, (atualmente ociosa) e Detroit-Hamtramck, Michigan, enquanto as fábricas de transmissão de Warren, no estado de Michigan, e Baltimore, em Maryland, permaneceriam fechadas.

ANTÔNIO PIMENTA

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

Onde mora o Diabo - ou a máquina de espoliar incautos e desesperados - 1

“Transformação que o Brasil quer” pretendida pela família Bolsonaro: todo o país submetido à sua ignorância, obscurantismo, corrupção – e servilismo ao que existe de pior nos EUA

CARLOS LOPES

A Parada de Sete de Setembro sempre foi, para os mais velhos e para os mais novos (isto é, para as crianças e seus pais ou avós), um acontecimento para guardar na memória.

Não é apenas a data – a comemoração do momento em que o país tornou-se uma Nação.

O desfile das tropas, em si, era algo para acrescentar mais uma dose de orgulho ao fato de ser brasileiro (lembro-me que os Dragões da Independência eram sempre os mais esperados pelas crianças; os adultos – meu pai, por exemplo – em geral preferiam a Banda Marcial dos Fuzileiros Navais).

Pois bem (aliás, mal). Foi esse espetáculo cívico (para usar uma expressão do poeta e combatente patriótico J.G. de Araújo Jorge) que Bolsonaro tentou transformar em uma palhaçada – a começar pelo ridículo do notório Carluxo encarapitado, outra vez, no Rolls Royce presidencial.

É óbvio que ele fez isso para humilhar os militares. Com exceção do Rasputin da Virgínia, ninguém tem atacado mais os generais que esse rebento de Bolsonaro.

Afinal, quem é esse indivíduo para vir no carro presidencial? Uma coisa só: é filho de Bolsonaro. Logo, a mensagem é que a família Bolsonaro – e só a família Bolsonaro – está acima da Pátria, incluindo todas as suas instituições.

Dois dias depois, Carluxo Bolsonaro escreveu no Twitter: “por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejavamos... e se isso acontecer. Só vejo todo dia a roda girando em torno do próprio eixo e os que sempre nos dominaram continuam nos dominando de jeitos diferentes!” (v. HP 10/09/2019, “**Ato de Carlos Bolsonaro tem o meu desprezo”, diz presidente do Senado**).

“Transformação que o Brasil quer” é aquela pretendida pela família Bolsonaro: todo o país submetido à sua ignorância, obscurantismo, corrupção – e servilismo ao que existe de pior nos EUA.

Não há dúvida, portanto, quanto ao objetivo de Bolsonaro, alojando esse elemento no **segundo** lugar de destaque da Parada de Sete de Setembro – inclusive, acima da primeira-dama. Carluxo é apenas uma extensão dele próprio, assim como os outros filhos.

Aliás, Bolsonaro apoiou, explicitamente, o ataque de Carluxo à democracia (“*É uma opinião dele e ele tem razão. (...) Coisa óbvia*”), embora de uma forma covarde (“*Demora porque tem a discussão, isso é natural*”), depois que o repúdio incluiu os presidentes do Senado e da Câmara e até o general Santos Cruz (v. HP 12/09/2019, **General Santos Cruz: “bravatas contra a democracia precisam ser repudiadas pela sociedade”**).

O ESQUEMA

Além disso, Bolsonaro apareceu, no palanque da Parada de Sete de Setembro, cercado pelos senhores Edir Macedo e Sílvio Santos, como se fosse lícito a um presidente da República não apenas armar,



como esfregar na cara do distinto público (isto é, do povo), sua intenção de privilegiar determinados órgãos de mídia – ou, o que é ainda pior, de ser privilegiado por eles.

O governo Bolsonaro é, por todas as razões, um governo lúmpen. Um governo de desqualificados, a começar por seu chefe, há muito tempo um representante político das milícias urbanas e rurais – inclusive da pior parte dessas milícias, da parte mais sanguinária.

Ou é apenas coincidência que o assassino de Marielle Franco, membro do Escritório do Crime, morasse quase em frente a Bolsonaro, no mesmo condomínio?

Ou é coincidência que a mulher e a mãe do próprio chefe do Escritório do Crime, Adriano Magalhães da Nóbrega, fossem lotadas, como funcionárias em comissão, no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro?

Ou, mais uma vez, é coincidência que o chefe do Escritório do Crime tenha recebido **duas** homenagens da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) por proposta de Flávio Bolsonaro, a segunda das quais, a mais alta condecoração do Rio, a Medalha Tiradentes?

É, portanto, um governo lúmpen, que tenta submeter generais – e o país todo – a um grupelho de marginais.

Se existe algo nesse governo no diferente disso (e ainda deve existir), é inteiramente secundário e sem importância – e não deve durar muito.

POSSESSOS

Não é, também, diferente quanto ao suposto esquema de “comunicação” bolsonarista, algo que, se não fosse a sociedade, daria em uma caricatura do esquema de Goebbels, na Alemanha dos anos 30 do século passado.

Vejam os de seus expoentes, presente na Parada de Sete de Setembro – e cortejado por Bolsonaro.

Peguem um aspecto – daqueles que conseguem iluminar o conjunto.

As recentes declarações do sr. Edir Macedo, dono da TV Record e chefe da Igreja Universal do Reino de Deus, sobre a depressão, remetem, inevitavelmente, às sucessivas denúncias do Ministério Público contra ele, em que já foi acusado de “cometer crimes de charlatanismo, curandeirismo e estelionato” (cf. Ricardo Mariano, **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal**, Estudos Avançados 18 (52), 2004, p. 126).

É verdade que essas declarações, pelas quais a depressão é causada pela possessão demoníaca, não são uma novidade. Pelo contrário, têm sido reiteradas nos últimos anos (v., p. ex., **Presbítero assembleiano comete suicídio e Edir Macedo diz que ato é**



Bolsonaro, ajoelhado; em pé, o dono da Record e chefe da Igreja Universal, Edir Macedo

sinal de possessão).

Ou, muitos anos antes desse último acontecimento:

“*Ao ‘descansarem’ nos corpos das pessoas, os espíritos demoníacos os contaminam, fazendo com que o sofrimento físico tome conta delas. Existem algumas doenças que caracterizam a possessão. Durante os anos do meu ministério, tenho notado que os sintomas são sempre os mesmos. Segue uma lista de dez sinais de possessão: nervosismo, dores de cabeça constantes, insônia, medo, desmaios ou ataques, desejo de suicídio, doenças que os médicos não descobrem as causas, visões de vultos ou audição de vozes, vícios, depressão*” (cf. Edir Macedo, **Orixás, Caboclos e Guias. Deuses ou Demônios?**, Unipro, 1997).

O sr. Macedo escolheu os sintomas que mais aparecem em qualquer ambulatório de psiquiatria que atende à população mais pobre – inclusive o conhecido “vejo vultos”, tão comum que já houve quem o incluisse (e era gente séria) em uma suposta “neurose brasileira”.

Assim, retirar demônios do corpo das pessoas torna-se uma atividade muito rentável – e explorando as pessoas mais pobres. Como aponta um autor:

“Dados do último Censo revelam que a maioria dos pentecostais apresenta renda e escolaridade inferiores à média da população brasileira. (...) Quanto à cor dos fiéis, [os pentecostais] sobressaem pela presença de pretos e pardos superior à média da população” (cf. Ricardo Mariano, op. cit., p. 122).

Mas, voltamos à depressão.

As várias formas de depressão estão, há muito, catalogadas na Classificação Internacional de Doenças (CID), atualmente em sua décima edição (CID10).

É um problema científico – e, frequentemente, social. Mas uma coisa é certa: desde a Idade Média, ninguém sério acreditou que um deprimido esteja tomado pelo Demônio.

O sr. Edir Macedo também não acredita. Podemos ter tal ou qual opinião sobre ele, mas não a de que é um tolo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), atualmente, há 322 milhões de pessoas no mundo (12 milhões no Brasil), que são ou estão deprimidas.

Chamá-las de possuídos, ou possessos, pelo Diabo, em que ajudará a elas?

Em nada.

Mas pode ajudar muito a aumentar a fortuna do sr. Macedo. Somente a sua fortuna **pessoal** (aquilo que está diretamente em seu nome ou de membros da sua família), segundo a revista Forbes, já estava, em 2015, em US\$ 1,1 bilhão (v. **Edir Macedo & family**).

Aliás, há muito, as possessões estão ajudando o sr. Edir Macedo. Em outro de seus livros, ele conta como, no início de sua carreira, “curou” uma senhora deprimida:

“*De repente, subi na cama e dei sobre Dona Maria. O demônio não resistiu e se manifestou de um jeito que nunca tinha visto. Fiz um árduo trabalho de libertação, eram espíritos de atuação pesada*” (cf. Edir Macedo, **Nada a Perder**, Planeta, 2012, p. 203).

Sejam os claros: por que mazelas tão frequentes na população são declaradas, por Macedo, “possessão demoníaca”?

Porque seu objetivo é ganhar dinheiro, supostamente arrancando o capeta de dentro dos incautos – e dos incautos mais pobres, mais desesperados, mais desvalidos.

Todas as denúncias do Ministério Público contra Edir Macedo, aliás, têm esse fundo, essa base comum.

Por exemplo, em setembro de 2011, o procurador da República Sílvio Luís Martins de Oliveira frisou, em sua denúncia, o “*oferecimento de falsas promessas e ameaças de que o socorro espiritual e econômico somente alcançaria aqueles que se sacrificassem economicamente pela Igreja*”.

E, depois de descrever um esquema criminoso de desvio e lavagem de dinheiro:

“*Assim foi que valores doados por fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, em sua maioria pessoas humildes e de escassos recursos financeiros, sofreram uma espúria engenharia financeira para, ao final, se converterem em participações societárias de in-*

tegrantes da Iurd em empresas de radiodifusão e telecomunicações, certamente um destino totalmente ignorado pelos crentes e pela Receita Federal, bem como absolutamente incompatível com os objetivos de uma entidade que se apresenta como religiosa perante a Sociedade e o Estado.”

[Para uma descrição dos crimes, v. a nota do Ministério Público Federal em São Paulo: **MPF/SP denuncia Edir Macedo e mais três por lavagem dinheiro e evasão de divisas.**]

IMUNIDADE FISCAL

Em uma denúncia anterior (2009), há um pequeno, e, certamente, desatualizado cálculo da espoliação sobre os incautos:

“Com base numa investigação de dois anos, o MP afirma que Macedo e seu grupo converteram-se em uma organização criminosa ao usar as doações de fiéis para engordar seu próprio patrimônio – no caso do bispo, nada desprezível. Além de dono de 90% da TV Record, Macedo e a mulher, Ester Eunice Rangel Bezerra (ela, dona dos outros 10% da emissora, segundo aparece no contrato de concessão) têm uma coleção de imóveis que incluem dois apartamentos em condomínios de luxo em Miami, nos Estados Unidos: o primeiro, em nome de Ester; foi comprado em 2006 e está avaliado em 2,1 milhões de dólares. O segundo, registrado em nome do casal, foi adquirido no ano passado e custou mais do que o dobro do primeiro: 4,7 milhões de dólares. Ambas ficam na Collins Avenue, um dos endereços mais sofisticados da cidade.

“Segundo a denúncia do MP, além de enganar os fiéis embolsando o dinheiro que deveria ter destinação religiosa, a Universal burla o Fisco ao aproveitar-se de sua imunidade tributária e fazer transações comerciais. A imunidade fiscal assegurada pela Constituição às igrejas baseia-se no princípio de que seu patrimônio, renda e serviços visam à atividade religiosa, e não ao lucro. Quando o dinheiro dos fiéis é usado para comprar empresas e jatinhos – caso dos pastores da Universal, segundo o MP –, a Justiça

tem de ser acionada.

“Em 1997, uma auditoria da Receita Federal sobre as contas da Universal produziu um relatório defendendo que ela perdesse a imunidade fiscal, uma vez que a igreja vinha fazendo uso do benefício para ganhar dinheiro. Com base no documento, tramita na Justiça Federal desde 1997 um processo em que o Ministério Público Federal tenta cancelar a concessão da Rede Record ao bispo Macedo. O MP diz que, embora o contrato esteja em nome de pessoas físicas (dele e de sua mulher), a TV teria sido comprada com dinheiro de pessoa jurídica, a Igreja Universal, o que é vedado por lei.

“Entre 2001 e 2008, a Universal, segundo os promotores, amealhou 8 bilhões de reais de seus cerca de 8 milhões de seguidores. Metade dessa dinheirama foi parar em contas bancárias da igreja por meio de 4.015 depósitos em espécie – direto das saquinhas dos dízimos. A outra metade chegou, principalmente, por meio de transferências eletrônicas provenientes de filiais da igreja espalhadas pelo país. A partir daí, o esquema funcionava da seguinte maneira, de acordo com a acusação: a maior parte do dinheiro era repassada, a título de ‘pagamentos’, para empresas de fachada controladas por integrantes do grupo, a Cremo Empreendimentos e a Unimetro Empreendimentos.

“Ambas movimentaram, entre 2004 e 2005, mais de 70 milhões de reais, ainda que não tenham oferecido no período qualquer serviço ou produto, segundo atesta a Secretaria de Fazenda de São Paulo. Da Cremo e da Unimetro, o dinheiro dos fiéis era enviado para empresas sediadas em paraísos fiscais: a Investholding, nas Ilhas Cayman, e a Cableinvest, nas Ilhas do Canal. De lá, retornavam ao Brasil disfarçado de empréstimos para pessoas ligadas à Universal, que usavam os valores para transações nada religiosas. Apesar do emaranhado trajeto percorrido pelo dinheiro, ele, na verdade, nunca saiu das mãos da cúpula da Universal.

Continua na próxima edição